

ISSN 2318-9282

número 10

ano 4

mar 2016

des;idades

REVISTA ELETRÔNICA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

10

des;dades

REVISTA ELETRÔNICA DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

REALIZAÇÃO



NIPIAC

Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e a Adolescência Contemporâneas

APOIO



PARCEIROS



INDEXADORES



apresentação

DESIDADES é uma revista eletrônica de divulgação científica na área da infância e juventude. É uma publicação trimestral, avaliada por pares, do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas – NIPIAC, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, comprometida com a divulgação do conhecimento científico além dos muros da universidade.

equipe editorial

EDITORA CHEFE

Lucia Rabello de Castro

EDITORAS ASSOCIADAS

Heloisa Dias Bezerra

Maria Carmen Euler Torres

Renata Alves de Paula Monteiro

Sônia Borges Cardoso de Oliveira

EDITORES ASSISTENTES

Alexandre Bárbara Soares

Antônio Gonçalves Ferreira Júnior

Carina Borgatti Moura

Felipe Salvador Grisolia

Isa Kaplan Vieira

Juliana Siqueira de Lara

Karima Oliva Bello

Lís Albuquerque Melo

Sabrina Dal Ongaro Savegnago

Suzana Santos Libardi

EQUIPE TÉCNICA

Arthur José Vianna Brito

Clara Marina Hedwig Willach Galliez

Luciana Mestre

Marina Del Rei

Paula Pimentel Tumolo

Priscila Gomes

REVISORA

Bianca Grisolia

TRADUTORAS

Flávia Ferreira dos Santos

Karima Oliva Bello

Publica artigos originais, entrevistas e resenhas que se destinem a discutir criticamente, para um público amplo, aspectos da infância e da juventude frente a seu processo de emancipação. Uma seção de Informações Bibliográficas tem por objetivo difundir as publicações recentes sobre infância e juventude no âmbito das ciências sociais e humanas. Uma versão em português e outra em espanhol de **DESIDADES** estão disponíveis para os leitores. A publicação pretende ser um meio eletrônico de difusão de debates e ideias no espaço latino-americano para todos os que queiram ser instigados a refletir sobre os desafios e as dificuldades de viver sendo criança ou jovem no contexto das sociedades atuais.

DESIDADES significa, como escolha do título da revista, que as idades, como critérios fixos que naturalizam comportamentos, habilidades e modos de existência segundo uma temporalização biográfica linear, precisam ser problematizadas de modo a permitir novas abordagens, perspectivas e diálogos sobre as relações entre os grupos geracionais.

CONSELHO CIENTÍFICO NACIONAL

Alfredo Veiga-Neto	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Alexandre Simão de Freitas	Universidade Federal de Pernambuco
Ana Cristina Coll Delgado	Universidade Federal de Pelotas
Ana Maria Monteiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Angela Alencar de Araripe Pinheiro	Universidade Federal do Ceará
Angela Maria de Oliveira Almeida	Universidade de Brasília
Anna Paula Uziel	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Carmem Lucia Sussel Mariano	Universidade Federal de Mato Grosso
Clarice Cassab	Universidade Federal de Juiz de Fora
Claudia Mayorga	Universidade Federal de Minas Gerais
Cristiana Carneiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Diana Dadoorian	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Dorian Monica Arpini	Universidade Federal de Santa Maria
Elisete Tomazetti	Universidade Federal de Santa Maria
Fernanda Costa-Moura	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Flavia Pires	Universidade Federal da Paraíba
Gizele de Souza	Universidade Federal do Paraná
Helóisa Helena Pimenta Rocha	Universidade Estadual de Campinas
Iolete Ribeiro da Silva	Universidade Federal do Amazonas
Jader Janer Moreira Lopes	Universidade Federal Fluminense
Jaileila de Araújo Menezes	Universidade Federal de Pernambuco
Jailson de Souza e Silva	Universidade Federal Fluminense
Jane Felipe Beltrão	Universidade Federal do Pará
Juarez Dayrell	Universidade Federal de Minas Gerais
Juliana Prates Santana	Universidade Federal da Bahia
Leandro de Lajonquière	Universidade de São Paulo
Leila Maria Amaral Ribeiro	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Lila Cristina Xavier Luz	Universidade Federal do Piauí
Marcos Cezar de Freitas	Universidade Federal de São Paulo
Marcos Ribeiro Mesquita	Universidade Federal de Alagoas
Maria Alice Nogueira	Universidade Federal de Minas Gerais
Maria Aparecida Morgado	Universidade Federal de Mato Grosso
Maria Helena Oliva Augusto	Universidade de São Paulo
Maria Ignez Costa Moreira	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Maria Lucia Pinto Leal	Universidade de Brasília
Marlos Alves Bezerra	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Marta Rezende Cardoso	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Mirela Figueiredo Iriart	Universidade Estadual de Feira de Santana
Myriam Moraes Lins de Barros	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Nair Teles	Fundação Oswaldo Cruz/ Universidade Eduardo Mondlane

Patrícia Pereira Cava	Universidade Federal de Pelotas
Rita de Cassia Fazzi	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Rita de Cassia Marchi	Universidade Regional de Blumenau
Rosa Maria Bueno Fischer	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Rosângela Francischini	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Silvia Pereira da Cruz Benetti	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Solange Jobim e Sousa	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Sonia Margarida Gomes Sousa	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Telma Regina de Paula Souza	Universidade Metodista de Piracicaba
Vera Vasconcellos	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
Veronica Salgueiro do Nascimento	Universidade Federal do Cariri

CONSELHO CIENTÍFICO INTERNACIONAL

Adriana Aristimuño	Universidad Católica del Uruguay
Adriana Molas	Universidad de la República, Montevideo
Andrés Pérez-Acosta	Universidad del Rosario, Bogotá
Alfredo Nateras Domínguez	Universidad Autónoma Metropolitana Iztapalapa, UAM-I, México
Carla Sacchi	Centro Interdisciplinario de Investigaciones en Psicología Matemática y Experimental / Universidad del Salvador
Ernesto Rodríguez	Centro Latinoamericano sobre Juventud, CELAJU, Montevideo
Graciela Castro	Universidad Nacional de San Luis, Argentina
Guillermo Arias Beaton	Universidad de La Habana, Cuba
Héctor Castillo Berthier	Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Autónoma de México
Héctor Fabio Ospina	Universidad de Manizales, Colombia
José Rubén Castillo García	Universidad Autónoma de Manizales, Colombia
Laura Kropff	Universidad Nacional de Río Negro, Argentina
María Guadalupe Vega López	Universidad de Guadalajara, México
Mariana Chaves	Universidad Nacional de La Plata, Argentina
Mariana García Palacios	Universidad de Buenos Aires
Mario Sandoval	Universidad Católica Silva Henríquez, Chile
Norma Contini	Universidad Nacional de Tucumán, Argentina
Pablo Toro Blanco	Universidad Alberto Hurtado, Chile
René Unda	Universidad Politécnica Salesiana, Ecuador
Rogelio Marcial Vásquez	El Colegio de Jalisco, Universidad de Guadalajara, Mexico
Rosa María Camarena	Instituto de Investigaciones Sociales, Universidad Autónoma de México
Silvina Brussino	Universidad Nacional de Córdoba, Argentina
Valeria Llobet	Universidad Nacional de San Martín, Argentina

Índice

EDITORIAL 7

TEMAS EM DESTAQUE

Menina ou moça? Menoridade e consentimento sexual 9
Laura Lowenkron

**A proibição legal de castigos físicos na infância:
alguns contrastes entre Brasil, Uruguai e França** 19
Fernanda Bittencourt Ribeiro

Entre músicas e rimas: jovens pesquisando jovens 29
*Ana Carolina Videira Sant'Anna, Silvana Mendes Lima,
Suanny Nogueira de Queiroz e Vanessa Monteiro Silva*

ESPAÇO ABERTO

**Desastres socioambientais em comunidades ocupadas por mineradoras:
qual o impacto dos conflitos na vida dos jovens?** 41
*ENTREVISTA DE Célia Dias
COM Rafael Prosdocimi*

INFORMAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

RESENHAS

“Juventude e saúde mental: a especificidade da clínica com adolescentes” 53
RESENHA POR Diana Dadoorian

“Hacerse un lugar: circuitos y trayectorias juveniles en ámbitos urbanos” 58
RESENHA POR Natalia Gavazzo

LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO 63

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO 68

Crianças e jovens não gozam, e talvez nunca tenham gozado (Corazza, 2000), de um lugar especial em que sejam preservadas das agruras da vida social e das intempéries da vida política. A posição recentemente adquirida de sujeito de direitos, por via das legislações nacionais e internacionais, apenas positiviza nos dispositivos legais as obrigações que a geração mais velha deve ter em relação a eles e elas, como sujeitos particulares e diferentes. Protege-los de injustiças, maus tratos e exploração, é mister lembrar, condiz com a condição social e política do adulto que recebeu, por sua vez, de gerações anteriores, uma herança de bens e conhecimentos úteis para que o mundo continue como um lugar habitável por todos e todas, e para todos e todas.

Nesta edição da DESIDADES, na seção Espaço Aberto, o pesquisador e Doutor em Psicologia Social Rafael Prosdocimi é entrevistado pela ambientalista e Doutora em Geografia, Célia Dias, sobre como a vida de crianças e jovens é afetada pelas atividades de mineração que têm devastado os países emergentes e causado danos irreversíveis ao meio ambiente. Se, por um lado, podem-se avaliar e contabilizar algumas das consequências desta devastação, por outro, muitas delas só serão conhecidas como sofrimento das gerações que virão, que lamentarão os desastres que poderiam ter sido evitados se não fosse a leviandade dos que só visam ganhos sem levar em conta a perspectiva de longo prazo, e *a sua responsabilidade geracional*.

Na seção Temas em Destaque, o artigo da pesquisadora e Doutora em Antropologia Social Laura Lowenkron, *Menina ou moça? Menoridade e consentimento sexual*, aborda uma temática difícil e complexa, a da regulação social e jurídica sobre o intercurso sexual entre crianças e adultos. Ao problematizar uma visão que considera “naturalmente execrável” tal situação, obtêm-se outras lentes para examinar a base normativa que rege tal regulação nas nossas sociedades, e compreender melhor a construção social e histórica das assimetrias de poder e saber entre adultos e crianças.

A legislação sobre a proibição da violência física pelos pais como dispositivo de educação da criança é discutida pela pesquisadora e Doutora em Antropologia Social Fernanda Bittencourt Ribeiro, no artigo *A proibição legal de castigos físicos na infância: alguns contrastes entre Brasil, Uruguai e França*. A autora insere esta discussão no entrecruzamento de outras questões, a saber, o que se entende por violência em diferentes culturas, a função do Estado e da lei como promotora de novos padrões de comportamento, o exercício da autoridade parental frente à interferência do poder público e as diferentes disposições de valores e normas sobre a educação das crianças segundo as classes sociais. O artigo põe em evidência a complexidade desta temática, tratando de oferecer ao leitor perspectivas oriundas de três diferentes países, Brasil, Uruguai e França.

As tensões, os paradoxos e as identificações de fazer pesquisa com jovens, sendo jovens pesquisadoras, é trazida pela equipe de pesquisadoras da Universidade Federal Fluminense, Ana Carolina Videira, Suanny Nogueira de Queiroz, Vanessa Monteiro Silva, graduadas em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense, e Silvana Mendes Lima, Doutora em Ciências da Saúde, no artigo intitulado, *Entre músicas e rimas: jovens pesquisando jovens*. Algumas reflexões questionadoras emergem da exposição das autoras: como se regula eticamente o encontro entre pesquisadoras e sujeitos pesquisados? Como se compatibilizam as demandas da pesquisa nas suas duas pontas, a das pesquisadoras e a dos sujeitos envolvidos? Como proceder para que o “fazer junto” entre pesquisadoras e sujeitos pesquisados possa contemplar o desejo de saber de ambos? Perguntas que constituem desafios permanentes a serem enfrentados em cada trabalho e encontro de pesquisa.

Duas resenhas compõem a seção de Informações Bibliográficas, a de Natalia Gavazzo sobre a obra organizada por Mariana Chaves e Ramiro Segura, “Hacerse un lugar: circuitos y trayectorias juveniles en ámbitos urbanos”, e a de Diana Dadoorian sobre o livro “Juventude e saúde mental: a especificidade da clínica com adolescentes”, organizada por Edson Saggese e Fernanda Hamann de Oliveira. Ainda nesta seção, divulgamos a lista de publicações na área de ciências humanas e sociais sobre infância e juventude do primeiro trimestre de 2016 levantadas a partir dos sites de editoras nos países da América Latina.

Lucia Rabello de Castro

EDITORA CHEFE

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CORAZZA, S.M. **História da infância sem fim**. Ijuí, RS: Editora UNIJUÍ, 2000.

Menina ou moça?

Menoridade e consentimento sexual

Laura Lowenkron



IMAGEM: Marcelo Tabach

Existe um sentimento generalizado de verdadeiro horror a qualquer coisa que conecte sexualmente o adulto à criança. Trata-se de uma repulsa entendida como ‘natural’, portanto, inquestionável. No entanto, como ensina a antropologia, as diferenças ‘naturais’ são construções culturais e históricas. Dizer que a idade não é um dado da natureza não quer dizer que ela não tenha efetividade, uma vez que serve de instrumento fundamental de ordenação social no chamado mundo ocidental moderno, assim como as diferenças entre os sexos, por exemplo. Nos termos de Bourdieu (1983, p. 112), “as classificações por idade (mas também por sexo, ou, é claro, por classe) acabam sempre por impor limites e produzir uma ordem onde cada um deve se manter [...] em seu lugar”.

Vale notar que foi somente no século XVIII que a inscrição da data de nascimento passou a ser mantida com maior precisão e de modo mais sistemático nos registros paroquiais e, segundo Ariès (1981, p. 30), “a importância pessoal da noção de idade deve ter-se afirmado à medida que os reformadores religiosos

e civis a impuseram nos documentos, começando pelas camadas mais instruídas da sociedade”. Tal hipótese indica que o lugar crucial que a idade cronológica assume na ordenação da vida social das sociedades ocidentais modernas está relacionado a um processo de regulamentação estatal do curso da vida, que tem como suporte formas de registro baseadas em um sistema de datação.

É evidente que as fronteiras cronológicas constituem parâmetros instáveis e incertos de delimitação das classes de idade ao longo da história dessas sociedades, uma vez que estão sendo constantemente questionadas, negociadas e redefinidas. No entanto, enquanto modelo lógico de ordenação, a ‘cronologização da vida’ estabilizou - se como um dos principais mecanismos de atribuição de status, definição de papéis e formulação de demandas sociais (Debert, 1998).

O propósito deste artigo consiste, então, em evitar uma leitura naturalizada sobre relações que passaram a ser um dos mais importantes focos de atenção, horror e regulação na sociedade ocidental contemporânea: a relação sexual entre adultos e crianças. Por isso, ao invés de tratá-la nesses termos tão essencializados, proponho problematizá-la a partir da noção de ‘menoridade sexual’, de modo que os termos ‘adulto’ e ‘criança’ sejam pensados como categorias sociais e relacionais que são manipuladas e articuladas a outras categorias para construir uma avaliação moral e/ou legal de uma determinada conduta. A categoria ‘adolescente’ aparece, por sua vez, como elemento que borra as fronteiras entre esses dois polos, servindo de suporte privilegiado em situações de conflito ou ‘negociação da realidade’, nos termos de Velho (1999).

Meu questionamento leva-me, assim, a investigar o modo como o desenvolvimento da sexualidade e da racionalidade no curso da vida de uma pessoa é socialmente e culturalmente organizado; a analisar como a idade enquanto categoria diferenciadora orienta as relações sexuais e, principalmente; a atentar para os processos pelos quais se constituem ou se privilegiam as classes de idade, inter-relacionadas (nem sempre de modo tão explícito) a outras categorias (gênero, classe, status etc.), para a regulação e a condenação de certas modalidades de relações sexuais.

No contexto social e político atual, com o enfraquecimento da credibilidade em outros poderes de Estado, o Judiciário fortaleceu-se enquanto peça administrativa e, com isso, as leis e os discursos de aquisição e proteção de direitos ganharam uma nova centralidade política (Schuch, 2005). No que se refere aos direitos relativos à sexualidade, apesar de as leis não determinarem as condutas individuais, segundo Waites (2005), elas desempenham um papel significativo, ainda que limitado, na constituição de normas sociais para o julgamento moral do comportamento sexual na sociedade e, principalmente, facilitam a intervenção de agências estatais em casos particulares.

Por isso, neste texto, abordo o principal modo jurídico de regular a conduta sexual de acordo com a idade, analisando a manipulação de dispositivos legais que definem aquilo que optei por denominar ‘menoridade sexual’, também chamada de ‘idade do consentimento’. Entendo a noção de ‘menoridade’ de acordo com a definição de Vianna (1999, p. 168), “não como um atributo relativo à idade, mas sim como instrumento hierarquizador de direitos”, isto é, como categoria relacional de subordinação que evoca a ‘maioridade’ enquanto contraponto e enfatiza a posição desses indivíduos em termos legais ou de autoridade. Segundo a autora, ‘menores’ são aquelas pessoas compreendidas como incapazes (ou relativamente incapazes) de responderem legalmente por seus atos de forma integral.

Como sugere Vianna (2002), trabalhar com a noção de ‘menoridade’ é interessante, pois permite um maior afastamento de categorias muito naturalizadas, como infância ou crianças, imediatamente associadas a um dado período de vida ou a um conjunto de representações. Porém, se, por um lado, a ‘menoridade’ não pode ser identificada exclusivamente com a noção de infância, por outro, é impossível desconhecer a estreita relação entre as duas noções, pois “a ‘menoridade’ encontra na infância sua representação contemporânea mais eficaz” (Vianna, 2002, p. 8).

Isso se dá graças à pressuposição de incapacidade natural de discernimento - concebido como ainda em fase de (con)formação nesse período da vida - a partir da qual se naturaliza e legitima a dimensão tutelar da ‘menoridade’ (Vianna, 2002). No caso da ‘menoridade sexual’, como veremos, as discussões procuram justamente estabelecer critérios sobre as condições que definem a capacidade de discernimento necessária para que alguém tenha o reconhecimento de autonomia para consentir, de maneira considerada válida, uma relação sexual.

Menoridade sexual na legislação penal brasileira e em decisões judiciais

Na legislação penal brasileira contemporânea, o que poderíamos ver como ‘menoridade sexual’ toma forma, de maneira mais restrita, no artigo 217-A do Código Penal brasileiro, que define o crime de “estupro de vulnerável” como “ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos”. Observa-se que praticar qualquer ato sexual com menores de 14 anos corresponde ao crime de estupro, ou seja, a uma relação sexual não consentida e, portanto, a uma violência sexual. Isso significa que, até certa idade, o menor é visto como ‘objeto’ e nunca como ‘sujeito’ em uma relação sexual, isto é, sua vontade e agência não são consideradas juridicamente válidas.

Em outras condutas também criminalizadas na legislação brasileira, como a prostituição ou exploração sexual e a pornografia envolvendo crianças e adolescentes, a ‘menoridade sexual’ ou ‘idade do consentimento’ é mais elevada (18 anos). Entretanto, não vou me deter nessas diferenças, pois o que me interessa apontar é que a ‘menoridade’ é um elemento importante para invalidar o ‘consentimento sexual’, sendo atualmente representada como uma forma de ‘vulnerabilidade’ que serve de base para desconstruir a autonomia da vontade em decorrência de uma imaturidade biológica e social (ou cognitiva e moral) e de uma condição (ainda que transitória) de desigualdade social (Lowenkron, 2015).

Cabe notar que o tipo penal autônomo “estupro de vulnerável” (artigo 217-A do Código Penal) só foi incluído na legislação penal brasileira a partir da Lei nº 12.015 de 2009. Entretanto, o critério de idade para presunção de violência no antigo delito de estupro e no revogado delito de atentado violento ao pudor não constitui uma novidade, já sendo previsto na redação original do Código Penal de 1940. Este critério era estabelecido na alínea “a” do revogado artigo 224 do Código Penal, que previa a presunção de violência, caso o ato sexual fosse cometido com menores de 14 anos. Além de aumentar as penas mínima e máxima para esse tipo de crime, o objetivo da alteração legislativa que criou o delito de “estupro de vulnerável” era evitar que decisões judiciais pudessem relativizar a presunção de violência, validando o consentimento do menor de 14 anos em certos casos.

¹ O parágrafo primeiro do artigo que define o “estupro de vulnerável” afirma ainda que: “Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no caput com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência”.

A exposição de motivos do Código Penal de 1940 esclarecia que o fundamento da ficção legal de violência e a razão da tutela do menor de 14 anos eram a ‘innocentia consilii’ do sujeito passivo, ou seja, a sua completa insciência em relação aos fatos sexuais, de modo que não se pode dar valor algum ao seu ‘consentimento’. De acordo com o Manual de Direito Penal Brasileiro de autoria do penalista Luiz Regis Prado,

A presunção da violência nos delitos sexuais, também conhecida por ‘violência ficta’, está prevista na maioria dos Códigos Penais, em face da excepcional preocupação do legislador com determinadas pessoas que são incapazes de consentir ou de manifestar validamente o seu dissenso (Prado, 2006, p. 244).

Julio Fabbrini Mirabete, em seu Código Penal Interpretado, destaca que “embora seja certo que alguns menores, com essa idade, já tenham maturidade sexual, na verdade não ocorre o mesmo com o desenvolvimento psicológico” (Mirabete, 2001, p. 1511).

Até a década de 1990, a maioria dos doutrinadores entendia que a presunção da violência por ‘menoridade’ era absoluta. No entanto, segundo Regis Prado (2006, p. 245), a partir de determinado momento, “passou a entender a melhor doutrina que a presunção da norma em epígrafe é relativa”. Segundo o autor, tal entendimento passou a ser predominante, de modo que se a vítima, apesar de contar com menos de 14 anos, for experiente em assuntos sexuais, ou se já atingiu maturidade suficiente para discernir se lhe é conveniente ou não praticar o ato libidinoso, descaracteriza-se o delito².

A possibilidade de relativização da presunção de violência em função da experiência ou maturidade sexual do menor de 14 anos passou a ser duramente criticada por defensores dos direitos das crianças e dos adolescentes, levando em 2009 à alteração legislativa que inseriu o tipo autônomo de “estupro de vulnerável”, entre outras importantes modificações³. Entretanto, conforme esclarece Castilho (2013, p. 138), “a alteração legislativa [...] não afastou a polêmica, pois agora se trava o debate sobre ser a ‘vulnerabilidade’ relativa ou absoluta, principalmente nos casos de adolescentes na faixa de 12 a 14 anos”.

2 Contudo, nesses casos, considera o jurista que há de se ter maior rigor na avaliação, “pois a infância e a pré-adolescência são fases da vida em que o ser humano encontra-se vulnerável e suscetível de abuso, engodo, manipulação e autoritarismos” (Prado, 2006, p. 246), de modo que qualquer dissenso do menor, ainda que não se trate de uma resistência militante é suficiente para configurar o estupro.

3 A mais importante alteração da Lei 12.015 foi a substituição do título no Código Penal no qual se inserem os crimes sexuais: aquilo que antes era chamado de “crimes contra os costumes” passou a ser denominado de “crimes contra a dignidade sexual”. Além disso, todas as diferenças de gênero e conotações morais dos delitos sexuais foram abolidas. O estupro, por exemplo, passou a incluir não apenas a conjunção carnal (coito vaginal), mas qualquer ato libidinoso praticado mediante violência ou grave ameaça, de modo que homens também passaram a ser possíveis sujeitos passivos deste crime e o antigo delito de “atentado violento ao pudor” foi revogado.

Assim, mesmo sendo ancorado na legislação anterior à reforma do Código Penal de 2009, um caso julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 1996 continua sendo exemplar para ilustrar as controvérsias em torno da ‘menoridade sexual’, tanto pela riqueza dos argumentos quanto pela inovação e excepcionalidade da decisão na mais alta instância do Judiciário brasileiro. Trata-se de um ‘habeas corpus’ cujo Paciente (denominação equivalente a “réu” em ‘habeas corpus’) era um homem de 24 anos, que fora condenado nas duas instâncias do Tribunal de Justiça de Minas Gerais por estupro com violência ficta, por manter relações sexuais com uma menina de 12 anos. No entanto, anos depois da condenação, os Ministros do STF concederam ‘habeas corpus’ ao rapaz, em decisão histórica e polêmica, vencida por três votos a dois.

Para desclassificar o estupro, absolvendo o rapaz, o argumento legal do Relator, Ministro Marco Aurélio de Mello, foi que teria ocorrido “erro de tipo”, ou seja, dado que a relação fora consentida e que o acusado não tinha como saber que a menina era menor de 14 anos, portanto não poderia prever que estava cometendo um crime, então não houve crime. Mas, se o ‘erro de tipo’ é o argumento técnico-jurídico para a concessão do ‘habeas corpus’, inocentando o rapaz pelo fato de não ter tido condições de reconhecer que a menina era menor de 14 anos, os argumentos morais utilizados pelos magistrados para fundamentá-lo buscam desconstruir a ‘menoridade’ da vítima.

Como propus em outro artigo (2007), ao analisar detalhadamente os votos dos Ministros da Suprema Corte sobre esse caso, os magistrados que se posicionaram a favor da absolvição do acusado enfatizaram ora a aparência madura e a experiência sexual precoce da menina, ora a ausência de outras assimetrias além da idade que pudessem configurar o constrangimento e a contaminação da vontade⁴. Um terceiro argumento mencionado dizia respeito à acelerada mudança dos costumes no mundo contemporâneo, com o conseqüente anacronismo do Código Penal na definição da idade que se supõe a “innocentia consilii” para o engajamento na relação sexual.

Seja enfatizando a aparência e a conduta pregressa, seja enfatizando a ausência de outras assimetrias além da idade, os discursos dos Ministros que votaram pelo deferimento da ordem de ‘habeas corpus’ desconstruem a ‘menoridade’ da vítima, ao descaracterizar, no caso, a pureza, a inocência e a vulnerabilidade associadas à imagem infantil, ‘locus’ privilegiado da ‘menoridade’. Os dois votos que indeferem o pedido de ‘habeas corpus’, por sua vez, vão, ao contrário, procurar garantir o direito de proteção legal da menina, reconstruindo a sua ‘menoridade sexual’. Os argumentos procuram fundamentar a invalidação do consentimento da adolescente, ao enfatizar a sua essencial vulnerabilidade, inocência e imaturidade, apesar de sua experiência sexual anterior e aparência física precoce.

4 Nos termos de um dos ministros: “poderia, numa situação diversa desta dos autos, entender que houve algum constrangimento [...] se não fosse o réu um jovem operário, tão simples quanto a vítima sob todos os aspectos, exceto a menoridade dela”.

Para justificar a tutela, ou seja, o impedimento legal de autogestão da sexualidade, um dos ministros enfatiza, ainda, a ignorância da menor sobre as consequências dos atos e a natureza biológica dos ‘instintos sexuais’ que afloram na adolescência, tornando as meninas púberes mais ‘vulneráveis’. O fenômeno biológico enfatizado nessa argumentação é a puberdade, que estaria associada a um período de perturbação psíquica que, aliada a pouca experiência, tornaria frágil a vontade da ‘adolescente’. Segundo essa visão, a lei deve proteger crianças e adolescentes independentemente de suas condutas e, talvez valesse acrescentar, de suas vontades.

Analisando os acórdãos do STF sobre o tema desde 1996, um estudo recente (Ferreira, 2014) revela que este último entendimento tem sido predominante nessa Corte e se fortaleceu com a alteração legislativa de 2009⁵. As decisões judiciais examinadas pela pesquisadora envolvem situações diversas (abuso sexual intrafamiliar, intercâmbio sexual casual, relações amorosas e estáveis, prostituição ou sexo em troca de benefícios econômicos)⁶ que foram tipificadas como crime de estupro com violência presumida contra menores de 14 anos (sempre meninas e geralmente entre 12 e 13 anos) e que ao menos uma das partes do processo (a defesa) alega que o sexo fora consensual, frequentemente lembrando a decisão do STF de 1996. Assim, o trabalho revela também que até hoje as controvérsias morais e jurídicas acima mencionadas atravessam processos e decisões judiciais.

Menoridade e consentimento sexual

O conceito de ‘idade do consentimento’, muitas vezes tomado como um dado nos debates públicos e políticos, “é em si mesmo significativo como forma de representação que influencia a compreensão da lei” (Waites, 2005, p. 1). Portanto, para concluir este artigo, abordo as seguintes questões: o que sexo tem a ver com consentimento? Como a capacidade de consentimento sexual pode ser definida? E quem é considerado capaz para consentir?

5 Nos termos da autora, “pode-se perceber um movimento claro da jurisprudência do STF no sentido de considerar absoluta a presunção de violência. Esse posicionamento veio a ser confirmado pela lei penal posterior, com reforma de 2009, fato que chega a ser mencionado em processos após essa data” (Ferreira, 2014, p. 79). Segundo ela, apenas na decisão de 1996 por mim mencionada, essa presunção foi efetivamente relativizada pelo Supremo Tribunal Federal, mas esse julgamento é constantemente lembrado nos processos judiciais por aqueles que pretendem defender a possibilidade dessa relativização.

6 Algumas vezes as decisões judiciais sequer trazem informações acerca da natureza da relação entre vítima e acusado e quase nunca há menção à idade do segundo.

É importante notar que o ‘consentimento’, tal qual foi definido no pensamento liberal, pode ser entendido como um ato de vontade e, ao mesmo tempo, como uma capacidade para exercer livremente a própria vontade. Nesse sentido, a capacidade de ‘consentimento’ pressupõe a ideia de autonomia individual, que tem como pré-requisito o autodomínio, isto é, um ‘self’ livre de coações ou constrangimentos e capaz de governar racionalmente a si mesmo. Portanto, desde o Iluminismo, formas particulares de competência associadas à capacidade intelectual de razão e exercício do livre arbítrio foram valorizadas. Segundo Waites (2005, p. 19, tradução nossa), “neste contexto, características atribuídas a alguns grupos sociais foram sistematicamente associadas ao tipo de ação que se imagina ser o consentimento”.

Desse modo, a apreciação das transformações históricas nas desigualdades de gênero é vital para a análise dos debates em torno do significado da noção de ‘consentimento’ no âmbito do comportamento sexual. Em especial, é importante notar a passagem de um contexto patriarcal hierárquico para outro marcado por ideais igualitários. Neste último, a ofensa sexual é entendida não mais como ameaça à honra da família, mas como uma violência contra o corpo íntimo e privado e o ‘consentimento’ passa a ter uma importância maior do que o status social da pessoa ofendida (se é casada, virgem, prostituta, mulher honesta, criança inocente...) no julgamento dos crimes.

Se, por um lado, a noção de ‘consentimento’ pode ser definida como “uma decisão de concordância voluntária, tomada por um sujeito dotado de capacidade de agência, razão e livre arbítrio” (Lowenkron, 2007, p. 735), por outro, esta definição não pode ser plenamente compreendida sem considerar algumas críticas feministas a este conceito. Ao analisar comparativamente os argumentos da cientista política inglesa Carole Pateman e da jurista estadunidense Catharine MacKinnon, Flávia Biroli (2013, p. 130) sintetiza estas críticas nos seguintes termos: “a questão é se há consentimento genuíno, autonomamente definido, quando as preferências e as escolhas definem-se em contextos assimétricos, em meio a relações de opressão e dominação”. Nesse sentido, o ‘consentimento’ é concebido na teoria política feminista, simultaneamente, como um dos principais pilares das democracias liberais e de suas contradições (Pateman, 1980).

Nos anos 1970, algumas campanhas feministas nos EUA enfatizaram a clareza de distinção entre ‘consentimento’ e ‘não consentimento’, como revela o slogan anti-estupro ‘yes means yes’ and ‘no means no’. Outra corrente do feminismo conceitualizou a existência de um ‘continuum’ entre o intercurso sexual heterossexual plenamente consentido e o estupro.

A noção de ‘continuum’ descreve mais adequadamente as experiências de mulheres que podem ceder ao sexo sem necessariamente consentir mais ativamente, o que implica uma maior agência. Essa ideia é útil para conceitualizar as formas e os níveis de consentimento no comportamento sexual envolvendo crianças (Waites, 2005, p. 21, tradução nossa).

Vale lembrar que os conflitos contemporâneos sobre as ‘leis da idade do consentimento’ são localizados em um contexto no qual crianças e adolescentes passaram de um estado de total subordinação à família ou aos tutores para se tornarem “sujeitos de direitos” - a partir da aprovação da Convenção Universal de Direitos da Criança pela Organização das Nações Unidas (1989), no plano internacional; e do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), no plano nacional. Surge, então, a necessidade de encontrar formas de conciliar a compreensão de crianças e jovens como sujeitos especiais, ou seja, tendo que ser protegidos e formados, mas também compreendidos como indivíduos portadores de direitos. Esse é um dos dilemas que estão em jogo nos debates em torno das ‘leis da idade do consentimento’ nos dias atuais, que discutem formas apropriadas de direitos de crianças e adolescentes em relação à sexualidade (Waites, 2005).

O princípio que fundamenta a ‘menoridade sexual’ não é qualquer suposição de que o jovem abaixo da idade definida legalmente não tenha desejo ou prazer sexual, mas, sim, que este não desenvolveu, ainda, as competências consideradas relevantes para consentir uma relação sexual. Supõe-se que a competência para tomada de decisões vem com o tempo, através de um processo de socialização no qual o sujeito racional completo é (con)formado. De acordo com o atual entendimento majoritário da lei e da jurisprudência do STF, para os quais o critério etário na definição da ‘menoridade sexual’ é absoluto (Ferreira, 2014), crianças e adolescentes até 14 anos são considerados sujeitos incompletos e incapazes. Sendo assim, o exercício de sua vontade deve ser tutelado pela lei até que ele ou ela tenha se tornado um sujeito pleno para consentir livremente a relação sexual.

No entanto, é importante lembrar que, se, por um lado, a periodização da vida é um modo de institucionalizar as transições das pessoas, instituindo idades ideais para cada coisa (Souza, 2005), por outro, para compreender as formas de regulação da conduta sexual, não se pode tomar a ‘idade’ como critério único e absoluto. A ‘idade’ está associada a moralidades diferenciadas de acordo com o gênero. Além disso, por vezes, as assimetrias de ‘idade’ são articuladas a outras assimetrias, como aquelas relativas às posições sociais e à classe. Sendo assim, a análise dos entrecruzamentos de categorias parece ser o melhor meio para entender os processos de regulação social e jurídica da sexualidade no contexto político contemporâneo.

Entretanto, pensar a idade como uma categoria de diferenciação articulada a outros marcadores sociais de diferença/desigualdade é importante, mas insuficiente para compreender as controvérsias jurídicas em torno da ‘menoridade sexual’. Como foi possível observar a partir dos argumentos dos magistrados que defenderam a absolvição do rapaz na histórica e polêmica decisão do STF de 1996 (que relativizou a ‘menoridade sexual’), eles não só destacavam a inexistência de outras assimetrias entre o maior e a menor além da idade, mas conferiam particular importância à aparência e à conduta pregressa da “menina”, ou melhor, “daquela que, considerada destituída de inocência, passou, então, a ser vista como ‘moça’ de 12 anos” (Lowenkron, 2007, p. 738).

Nesse sentido, assim como o gênero, e articulada ao gênero, a idade pode ser entendida como um efeito performativo e uma performance, ou seja, como algo que os sujeitos devem se tornar continuamente por meio da estilização repetida de atos, nos termos de Judith Butler (2003). Isto é, para ser reconhecido como ‘menor’ e, portanto, ser considerado e tratado como legalmente incapaz para realização de certas práticas (neste caso, o ‘consentimento sexual’), nem sempre basta ter certa idade, é preciso ‘parecer’ que a tem. A meu ver, essa decisão judicial foi inovadora e controversa justamente porque desconstruiu a articulação imediata e naturalizada entre ‘cronologização da vida’ e ‘estágios de maturidade’ (Debert, 1998), pressuposta na noção jurídica de ‘idade do consentimento’.

Se isso, em geral, não tem ocorrido mais nas decisões do STF, como mostra a análise de Ferreira (2014), é porque a imagem idealizada da inocência infantil ameaçada tem sido eficazmente (re)construída por meio de artifícios retóricos daqueles que defendem que a ‘menoridade sexual’ seja absoluta. A questão relevante a ser investigada a partir disso é se esses artifícios têm sido realmente efetivos para proteger crianças e adolescentes de carne e osso do abuso e da violência ou se tem servido antes para resguardar o ideal moderno de infância pura, inocente e vulnerável, que historicamente tem servido ora para legitimar a exclusão dos menores que não correspondem a esse ideal do direito de proteção, ora para disciplinar o exercício da sexualidade juvenil, justificando o controle (algumas vezes violento) em nome da proteção.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Tradução Dora Flasckman. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.

BIROLI, F. Democracia e tolerância à subordinação: livre-escolha e consentimento na teoria política feminista. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 48, p. 127-142, dez. 2013.

BOURDIEU, P. “A ‘juventude’ é apenas uma palavra”. In: _____. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRASIL. **Decreto-Lei 2.848**, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal (CP). 1940.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTILHO, E. W. V. de. Problematizando o conceito de vulnerabilidade para o tráfico internacional de pessoas. In: BRASIL. Secretaria Nacional de Justiça. **Tráfico de pessoas: uma abordagem para os direitos humanos**. Secretaria Nacional de Justiça, Brasília: Ministério da Justiça, 2013. p. 133-153.

DEBERT, G. G. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: LINS DE BARROS, M. M. (Org.). **Velhice ou terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 49-67.

FERREIRA, L. T. H. **Lolita e a Corte: o debate sobre a autonomia sexual da vítima de estupro com presunção de violência no Supremo Tribunal Federal**. 2014. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

LOWENKRON, L. (Menor)idade e consentimento sexual em uma decisão do STF. **Revista de Antropologia (USP)**, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 713-745, dez. 2007.

_____. Consentimento e vulnerabilidade: alguns cruzamentos entre o abuso sexual infantil e o tráfico de pessoas para fim de exploração sexual. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 45, p. 225-258, dez. 2015.

MIRABETE, J. F. **Código Penal interpretado**. São Paulo: Atlas, 2001.

PATEMAN, C. Women and Consent. **Political Theory**, v. 8, n. 2., p. 149-168, mai. 1980.

PRADO, L. R. **Curso de Direito Penal Brasileiro**. Vol. 3. Parte Especial – arts. 184 a 288. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda, 2006.

SCHUCH, P. **Práticas de Justiça: uma etnografia do “campo de atenção ao adolescente infrator” no Rio Grande do Sul, depois do Estatuto da Criança e do Adolescente**. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SOUZA, M. A. A. A juventude no plural: anotações sobre a emergência da juventude. In: ALVIM, R.; QUEIROZ, T.; FERREIRA, E. (Org.). **Jovens & Juventudes**. João Pessoa: Editora Universitária, 2005. p. 89-107.

VELHO, G. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

VIANNA, A. R. B. **Limites da minoridade: tutela, família e autoridade em julgamento**. 2002. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

_____. **O Mal que se advinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

WAITES, M. **The age of consent: young people, sexuality and citizenship**. New York: Palgrave Macmillan, 2005.

RESUMO

O artigo aborda o principal modo jurídico de regular a conduta sexual de acordo com a idade, analisando a manipulação de dispositivos legais que definem a ‘menoridade sexual’ ou ‘idade do consentimento’, bem como as controvérsias jurídicas e morais em torno do tema. O objetivo é desnaturalizar as premissas que servem de base para essa regulação, dando ênfase à dimensão social e performativa das categorias etárias e ao seu entrecruzamento diferenciado de acordo com gênero, classe ou ‘status’ social. Por fim, serão examinadas as seguintes questões: o que sexo tem a ver com consentimento? Como a capacidade de consentimento sexual pode ser definida? Quem é considerado capaz para consentir?

PALAVRAS-CHAVE: minoridade, consentimento sexual, leis, decisões judiciais.

DATA DE RECEBIMENTO: 21/09/2015

DATA DE ACEITE: 04/03/2016



Laura Lowenkron

Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional/ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) (2012), Brasil, com pós-doutorado no Núcleo de Estudos de Gênero PAGU/Universidade de Campinas (UNICAMP), Brasil. Tem experiência nos campos da antropologia do Estado e dos estudos de gênero e sexualidade, atuando principalmente nos seguintes temas: violência sexual, infância/ minoridade, pedofilia e tráfico de pessoas. É autora do livro ‘O Monstro Contemporâneo: a construção social da pedofilia em múltiplos planos’ (EdUERJ/CLAM, 2015) e de diversos artigos em periódicos e capítulos de livros.

E-mail: lauralowenkron@gmail.com

A proibição legal de castigos físicos na infância: alguns contrastes entre Brasil, Uruguai e França

Fernanda Bittencourt Ribeiro



IMAGEM: Sophie Shapiro

Introdução

Desde a Convenção sobre os direitos da criança (CDC, 1989), mas principalmente a partir do início dos anos 2000, os organismos multilaterais de promoção de direitos humanos defendem o direito das crianças a serem educadas ‘sem nenhuma forma de violência’. Para além da categoria “maus tratos”, já integrada às legislações alinhadas com a Convenção, os países signatários são convocados a especificar em lei a proibição de um repertório mais amplo de atos designados através da categoria “castigos físicos, tratamento cruel e degradante”.¹ Neste artigo, abordarei algumas ressonâncias locais desta ação transnacional, tomando como referência desdobramentos desta proposta

¹ A fim de não sobrecarregar a leitura, esta categoria será referida simplesmente como “proibição de castigos físicos”. No Brasil e na França, esta iniciativa popularizou-se como “lei da palmada” e no Uruguai como “ley del coscorrón”. Neste país, a lei aprovada denomina-se “lei da integridade pessoal de meninos, meninas e adolescentes” e modifica o Código da infância e da adolescência e o Código Civil. No Brasil, a lei foi aprovada como “lei menino Bernardo” e modifica o Estatuto da criança e do adolescente.

no Brasil, no Uruguai e na França, países onde, nos últimos anos, realizei pesquisas relacionadas ao sistema de proteção à infância (Ribeiro, 2009, 2010, 2012). Os dados que apresentarei a seguir foram obtidos mediante o acompanhamento do tema nos três países através da ‘web’, uma entrevista com o educador social que esteve à frente desta discussão no Uruguai e a genealogia da construção do projeto de lei pela interdição dos castigos físicos no Brasil (Ribeiro, 2013).

Inspirada em autores que, a partir de diferentes perspectivas, tratam de projetos de lei envolvendo temas morais controversos - a parceria civil entre pessoas do mesmo sexo, a criminalização da homofobia, a criminalização e descriminalização do aborto e da eutanásia (Duarte et al., 2009) ou a proposta conhecida como parto anônimo (Fonseca, 2009) - tomo a intenção desta lei em sua dimensão produtiva. Ou seja, na sua capacidade de jogar luz sobre posições de poder e de provocar crítica cultural. A ênfase nestes dois aspectos apoia-se numa perspectiva analítica interessada nos desdobramentos e efeitos particulares de políticas globalizadas fundadas na noção universalista de direitos humanos das crianças (Fonseca, Cardarelo, 1999; Suremain, Bonnet, 2014). Nesta perspectiva, os direitos humanos, entendidos como um discurso, são inseparáveis das relações de poder que configuram hierarquias sociais, bem como dos processos de mudanças de sensibilidades culturais. Quanto a este tema específico da proibição universal de castigos físicos, a abordagem aqui proposta difere dos esforços empreendidos por autores cujos estudos, também situados nas ciências sociais (Delanoé, 2015; Barrágan Rosas, 2015), discutem o conteúdo desta categoria, assim como os fundamentos e os modos de erradicação das práticas por ela designadas. Distante deste objetivo, limito-me a situar este debate no longo processo de mudança nas sensibilidades relativas ao tratamento das crianças (Fassin, Bourdelais, 2005; Vigarello, 1998, 2005), no qual é possível observar um progressivo alargamento do campo semântico da noção de “violência contra a criança” como categoria de designação de violação de direitos (Schulteis et al., 2007). No entanto, não se trata, obviamente, de um processo unívoco. Até o presente, menos de um terço (ou 48) dos países signatários da CDC seguiram a recomendação de legislar sobre castigos físicos. Diferente do Uruguai e do Brasil, a França não proibiu legalmente castigos corporais. Por esta razão, em março de 2015, o país foi advertido pelo Conselho da Europa, que entende que a legislação francesa não prevê a interdição dos castigos corporais de forma clara, constrangedora e precisa.

Assimetrias e adestramentos

Como propõem diferentes analistas (Segalen, 2010; Damon, 2005, Vigarello, 2005, entre outros), entendo que os atuais debates em torno dos modos de tratamento das crianças ilustram mutações relativas à democratização das relações familiares. Conforme sintetiza Martine Segalen (2010), o desafio colocado aos pais (ou tutores), na fase atual dos direitos da criança, consistiria em conjugar a simetria preconizada por uma educação sem ‘qualquer forma de violência’ e a responsabilidade educativa que subjaz à relação tutelar.

Conforme pesquisas de opinião divulgadas pela imprensa, mais de 50% dos brasileiros e dos uruguaios (Veja, 2010; Información Sociale, 2007) e 80% dos franceses (TNS Sofres, 2009) manifestam-se contrários à proibição legal de castigos físicos. Este posicionamento indicaria a persistência histórica de uma lógica de adestramento que na tradição ocidental supõe uma natureza humana má que precisaria ser corrigida (Sahlins, 2009)? Ele confirmaria o argumento de Hérítier (1996) segundo o qual o recurso à violência resulta de relações humanas de poder para as quais a relação pais-filhos (ou adultos-crianças) forneceria o modelo hierárquico primeiro? No presente, vemos que as controvérsias suscitadas pela proposta de interdição legal de castigos, os debates sobre quais práticas deveriam ser proibidas (o tapa? a palmada? até a palmadinha?), seus malefícios ou benefícios acionam teorias religiosas e profanas (Delanoë, 2015) que atribuem um valor educativo ao sofrimento. A partir de Hérítier (1996), podemos dizer que elas põem em discussão a legitimidade do princípio de anterioridade segundo o qual os pais nascem antes dos filhos, devem nutri-los e conformá-los. Para esta tarefa, a violência (ou a não violência), sendo expressão de um estado determinado das relações de poder, poderia intervir com a finalidade de adestrar ou “tornar conforme”. Em relação ao Brasil, Teresa Caldeira (2000) observa a naturalidade com que a punição física aparece nos discursos em geral e especialmente quando se trata de “dar exemplo”, “por limites”, disciplinar as crianças. Conforme o senso comum, as crianças não seriam suficientemente racionais para entender tudo o que os pais lhes dizem, mas podem entender pela dor: uma linguagem que qualquer um pode entender – que tem o poder de impor princípios morais e corrigir o comportamento social (Caldeira, 2000, p. 367). Conforme a autora, no Brasil, o corpo dos dominados – crianças, mulheres, negros, pobres ou supostos criminosos – seria concebido como um ‘locus’ de punição apropriado para que a autoridade se afirme através da infligência de dor. A naturalidade com que se concebe a dor como recurso corretivo revelaria uma noção de corpo incircunscrito, sem barreiras claras de separação, um corpo permeável, aberto a intervenções e, portanto, desprotegido por direitos individuais. Ora, é justamente a delimitação cada vez mais estrita de uma fronteira entre os corpos de adultos e crianças que as legislações promotoras dos direitos da criança operam desde o início dos anos 2000.

A distinção retomada por Geertz (Segato, 2006, apud Geertz, 1989) entre padrões ‘para’ (‘patterns for’) e padrões ‘de’ comportamento (‘patterns of behavior’) pode ser útil para entendermos que a adesão a esta proposta de proibição legal de castigos físicos pressupõe uma reflexividade que a própria lei visa promover. Conforme Geertz, os padrões ‘para’ o comportamento seriam inculcados pelo processo de socialização e responsáveis pela automatização das condutas. Já os padrões ‘de’ comportamento resultariam da reflexão sobre as condutas automatizadas e os moldes que nos fazem agir. Transpondo estas noções para a discussão sobre a proibição legal dos castigos físicos, identifico uma reivindicação segundo a qual eles serviriam a inculcar padrões ‘para’ o comportamento das novas gerações, enquanto a sua negação supõe a crítica a estes mesmos padrões. O grande incômodo causado por esta proposta de mudança legal estaria relacionado ao fato dela deslegitimar formas de punição (tal como a palmada) como prerrogativa simbólica da relação parental. A reivindicação deste recurso (utilizado ou não) parece destacar-se como o último bastião da autoridade parental diante do progressivo reconhecimento de crianças como cidadãos plenos.

Na França, as pesquisas de opinião mostraram que apesar da maioria ser contra a lei da palmada (ou lei supracitada), ela não é, no entanto, a favor de castigos físicos e apenas 5% dos entrevistados consideram “a palmada” como a melhor punição (Damon, 2005). Estes posicionamentos sugerem a possibilidade de adesão a padrões ‘de’ comportamento na relação com as crianças e, portanto, a ruptura com condutas automatizadas que autorizam o recurso a castigos físicos, sem que uma lei específica seja considerada necessária. Neste sentido, as controvérsias em torno do tema jogam luz não somente sobre relações de poder no âmbito familiar, mas também entre unidades domésticas e agentes estatais e supra nacionais. Para além da mera adesão a violências ditas educativas, o incômodo com esta proposta de lei relaciona-se talvez ao fato de que a condição de minoridade que posiciona as crianças como objetos de tutela supõe a existência de tutores legalmente constituídos que deverão demonstrar capacidade de educá-los. Em seu estudo sobre processos judiciais de guarda de crianças no Brasil, Adriana Vianna (2005) observa que os direitos da infância representam uma situação-limite dentro do ideário dos direitos humanos posto que explicitam um complexo jogo de valores em torno do que seja a proteção necessária a esses sujeitos especiais: “Ser responsável implica estar preso a um conjunto de obrigações morais não apenas de controle dos indivíduos durante sua minoridade, mas de formação desses mesmos indivíduos.” (Vianna, 2005, p. 28).

O que eu gostaria de sublinhar a partir desta observação é que a proibição legal dos castigos físicos, cobrada atualmente dos Estados signatários da CDC, situa-se nesta dinâmica como mais um aspecto definidor da boa gestão da infância e dos modos legítimos de exercer autoridade. Nesta nova definição, uma gama mais ampla de atos é formalmente definida como incoerente com a obrigação educativa. Entretanto, apesar de sua universalidade, estudos focados em práticas institucionais de promoção dos direitos das crianças sugerem que outra assimetria (para além daquela que distingue adultos de crianças) deva ser considerada em análises deste processo de ampliação do campo semântico da noção de “violência contra a criança”. A saber, a possibilidade de que uma mesma lei produza efeitos desiguais conforme a origem social das crianças e de suas famílias (Fourchard, 2012; Leblic, 2009; Sheriff, 2000) aponta para desigualdades no alcance das políticas de governo. Se por um lado a legislação sobre castigos físicos pode ser interpretada como sinal de um processo histórico de sensibilização e de civilização dos modos, por outro, alguns de seus desdobramentos indicam que a nova legislação tenderia a incidir diversamente conforme a posição social das famílias. Em relação ao Brasil, a análise dos discursos proferidos na Câmara de deputados durante a tramitação do projeto de lei colocou em evidência o fato de que são as famílias pobres e moradoras das favelas que se configuram como as principais destinatárias da lei (Ribeiro, 2013), ainda que o relatório da ONU sobre “violência contra a criança” afirme: “conforme estudos provenientes de diversos países de todas as regiões do mundo, 80% a 98% das crianças sofrem castigos físicos em casa” (ONU, 2006). Apesar deste caráter generalizado atribuído às práticas que a lei visa coibir, o educador social que entrevistei no Uruguai, e um dos principais ativistas pela aprovação da lei em 2007, lamenta o fato de que atualmente o único lugar onde ele observa a referência à lei com frequência é nos dossiês de ingresso de crianças e adolescentes no sistema de proteção à infância. Segundo ele, o Estado não teria assumido a promoção da lei e o silêncio que se instalou desde sua aprovação sinalizaria as tensões em torno do tema.

Conforme Segato (2006), a possibilidade do discurso legal inaugurar novas moralidades e desenvolver sensibilidades éticas depende de sua divulgação ativa, da aliança entre a lei e a publicidade. Portanto, o silêncio em torno de seu conteúdo seria o pior destino para uma lei que segundo seus proponentes teria uma importância, sobretudo pedagógica. No entanto, a observação feita pelo educador social uruguaio indica que o esquecimento da lei aprovada em 2007 pode ser relativo e válido principalmente para famílias cujos filhos, historicamente, não passam pelo sistema de proteção à infância.

Assim, os desdobramentos da intenção de legislar sobre os modos de tratamento das crianças com intuito de proibir castigos físicos constitui-se num 'locus' de visibilidade para posições de poder que vão além da relação pais e filhos ou adultos e crianças. Estes debates e seus resultados permitem observar possíveis desigualdades relativas a posições ocupadas na hierarquia social, assim como diferenças nas relações entre os países signatários da Convenção sobre os direitos da criança e as instâncias supra nacionais de promoção de direitos humanos.

“A cultura” em questão

O contraste entre as discussões suscitadas pela proposta de lei nos três países aqui considerados põe também em evidência particularidades quanto à associação entre “violência” e “cultura”. Visto a partir do Brasil e do Uruguai, este debate enfatiza a necessidade de uma mudança cultural e situa a “violência contra a criança” como uma questão desta ordem. No Uruguai, isto é claramente explicitado através da publicação do “Manual para a erradicação cultural do castigo físico e humilhante” (Arcoiris, 2008), elaborado por uma ONG local com o apoio financeiro da ‘Save the children’ e destinada à capacitação de técnicos da área social vinculados a serviços públicos ou privados. No Brasil, a proposta de legislar sobre o tema dos castigos físicos baseia-se numa produção bibliográfica que afirma a existência de uma “mania de bater” arraigada nas práticas educativas desde o período colonial (Azevedo; Azevedo, 2001; 2005). A justificativa que consta no projeto de lei encaminhado à Câmara de deputados retoma as pesquisas realizadas desde o final dos anos 80 pelo Laboratório de estudos da criança (Lacri) do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), cujo coletivo de pesquisadores aponta o recurso aos castigos físicos como uma prática cultural recorrente e legitimada no Brasil como método educativo (Ribeiro, 2013).

Na França, os argumentos a favor de uma lei contra castigos não põem em questão “a cultura” de modo totalizado, mas defendem a necessidade de mudar a maneira de educar e de exercer a parentalidade. As categorias “violência educativa” e “violência educativa ordinária”, bastante usuais neste país², não são claramente formuladas no Brasil e no Uruguai. Assim, por exemplo, a associação “Eduquer sans frapper” (Educar sem bater), criada em 1997, mudou seu nome após uma pesquisa de opinião (TNS Sofres, 2009),

2 Ver por exemplo <www.oveo.org/la-violence-educative-ordinaire-quest-ce-que-cest/>

na qual os pais afirmavam de forma recorrente: “nós não batemos em nossos filhos; só lhes damos pequenas palmadas”. A fim de desfazer qualquer ambiguidade, a associação passou a chamar-se “Ni claques, ni fessées” (Nem tapas, nem palmadas).

Nestes posicionamentos, fica claro o lugar da lei (e especialmente da expansão dos direitos humanos das crianças) como uma arena de tensas interlocuções em torno da modificação de padrões socioculturais. Nos termos de Segato (2006), nisto reside a importância pedagógica da lei: “sua simples circulação é capaz de inaugurar novos estilos de moralidade e desenvolver sensibilidades éticas desconhecidas” (Segato, 2006, p. 212). Pode-se dizer que o movimento mundializado pelo fim dos castigos físicos coloca-se em acordo com esta intenção. Na perspectiva proposta pela ONU, afirma-se que o principal objetivo da inscrição em lei da proibição dos castigos físicos é dizer aos pais (ou adultos) que eles não podem usar de violência sob o pretexto de educar as crianças (Organização das Nações Unidas, 2006). Afirma-se insistentemente o caráter educativo e não criminalizante da lei (Damon, 2005), e, portanto, a intenção de promover uma sensibilidade particular de acordo com a qual é inaceitável infligir sofrimento para educar ou afirmar autoridade.

No Uruguai, desde 2002, uma campanha de sensibilização contra maus tratos de crianças e adolescentes é realizada por ONGs e pelo governo federal. Sob o lema “Uruguai, país do bom trato”, anualmente, em torno de 3.000 adolescentes engajados por 140 organizações participam da campanha nacional “Un trato por el buen trato” no âmbito da qual realizam uma atividade de “vacinação simbólica” contra a violência. Visando promover uma “cultura do bom trato”, os adultos abordados recebem um “certificado de vacinação”, um adesivo e uma bala que simboliza uma “dose oral de doçura” (Claves, 2014). Em campanhas desta natureza, também realizadas em outros países da América Latina, busca-se mudar comportamentos, problematizar modos de agir e, portanto, incidir sobre as relações interpessoais. É, sobretudo, neste plano que “cultura” e “violência” estarão associadas.

Na França, os debates em torno da proposta de lei apresentam outra crítica cultural. Eles são a ocasião para que se discuta sobre a estrita separação entre as esferas pública e privada que caracterizaria esta sociedade. Em seguida, a advertência do Conselho da Europa à imprensa menciona a erupção quase vulcânica de reações irônicas em torno deste tema que, conforme observa Damon (2005), pode parecer anedótico. Para uns, legislar sobre o assunto seria percebido como uma intrusão insuportável na família, num país que permaneceria impregnado da cultura do ‘pater familias’. Para outros, o incômodo causado pela advertência recebida em 2015 deixaria entrever que a sociedade francesa atribui positividade ao direito de correção na esfera privada quando ela visa inculcar o respeito à autoridade. Nesta perspectiva, afirma-se que a sociedade francesa estaria pouco disposta a mudanças nas normas da vida privada (Dupont, 2015a, 2015b).

A partir desta leitura cruzada de desdobramentos locais da iniciativa globalizada de legislar sobre castigos físicos, foi possível observar a produção de reflexividade em relação a padrões socioculturais, tanto no sentido de contestá-los quanto para reforçá-los.

Isto não é surpreendente quando se considera os direitos humanos (e os direitos da criança) como um campo de lutas simbólicas pela inscrição jurídica de uma determinada posição ética acerca da relação com o Outro (Segato, 2006). Historicamente, as mudanças de sensibilidade relativas à integridade corporal e ao que configura formas de invasão a este território (Héritier, 1996) estão estreitamente relacionadas às produções legislativas, a exemplo do que observa Vigarello (1998) em relação ao estupro.

No entanto, outra associação entre “cultura” e “violência” marca a defesa da proibição dos castigos físicos no Brasil e extrapola as intenções de transformação das sensibilidades. Neste país, onde as desigualdades sociais e os índices de violência são largamente superiores aos do Uruguai e da França, os defensores da proibição legal dos castigos físicos afirmaram que a violência na sociedade brasileira enraíza-se na violência familiar. Conforme a fórmula exaustivamente repetida durante a discussão do projeto de lei na Câmara de deputados: a sociedade brasileira é violenta porque a família é violenta. A partir desta leitura, a proibição dos castigos físicos seria um modo de pacificar a sociedade posto que a criança socializada sem violência não reproduziria este padrão de relação social. Colocada a serviço da proibição legal de castigos físicos, esta lógica, bastante simplista se considerarmos a complexidade do conflito e da violência na história do Brasil, tende a situar a violência em comportamentos herdados no âmbito doméstico. Na medida em que deixa em segundo plano fatores estruturais, econômicos e políticos da violência, da insegurança e da criminalidade no Brasil (condições de vida, acesso a serviços públicos, ao emprego, ilegalidades cometidas pela polícia etc.), pode-se afirmar que esta interpretação da violência social tende a contribuir para a manutenção do ‘status quo’.

Considerações finais

Para concluir cabe retomar alguns pontos que se destacam no contraste entre Brasil, Uruguai e França quanto à proibição de castigos físicos, a partir dos dois eixos escolhidos: o tema das relações de poder e as associações discursivas entre violência e cultura. Em primeiro lugar, de modo geral, a resistência à colocação em lei da interdição de castigos físicos sugere a persistência simbólica da noção de adestramento que, apesar de associada a “outro tempo”, permaneceria viva como prerrogativa capaz de resguardar a hierarquia e o dever de obediência das crianças aos adultos. As diferentes posições quanto à proibição de castigos físicos deixam perceber múltiplas lógicas atuando nas relações educativas e tutelares e o interesse de abordagens etnográficas que permitam sair da oposição contra ou a favor de uma lei com este conteúdo para a compreensão do que está em jogo contextualmente (ver, por exemplo, Medaets, 2013; Fernandes, 2015). Em segundo lugar, para além de uma condição de dominação da criança (Delanoë, 2015), evidenciada pelos posicionamentos contrários à lei, a genealogia da construção do projeto de lei no Brasil e observações quanto a sua implantação no Uruguai indicam a relevância de manter-se ativa a hipótese de que a lei produza efeitos desiguais conforme a posição social das crianças e de suas famílias. Finalmente, o enlace discursivo que

pude identificar entre as diferentes posições quanto à proibição universal de castigos físicos e formas de crítica cultural apontam diversos agenciamentos da noção de cultura associada ao tema da “violência contra criança”. Por um lado, atribui-se à lei a função de mudar a cultura ou, ao menos, o modo de educar e de exercer a parentalidade. Nesta perspectiva, ela seria um instrumento para mudança de sensibilidades culturais relativas à integridade corporal e ao que se designa como violação de direitos da criança. Por outro lado, vimos que no Brasil, a defesa da interdição legal de castigos físicos buscou apoio também num raciocínio que explica a violência social pela violência familiar fazendo abstração dos múltiplos fatores relacionados às altíssimas taxas de violência neste país. Se associarmos a esta lógica, a tendência também observada de situar as famílias pobres como as principais destinatárias da lei, corre-se o risco de que, indiretamente, esta iniciativa possa contribuir para reforçar a ideia de que as famílias pobres são as principais responsáveis pela violência social que, no entanto, vitima principalmente os seus filhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCOIRIS. **Manual para la erradicación cultural del castigo físico y humillante**. SAI; Programa Arcoiris; Save the children, 2008.

AZEVEDO, M. A. e G.; AZEVEDO, V. N. de. **Mania de bater: a punição corporal doméstica de crianças e adolescentes no Brasil**. São Paulo: Iglu, 2001.

AZEVEDO, M. A. e G.; AZEVEDO, V. N. de. **Palmada já era**. São Paulo: Lacri, 2005.

BARRAGÁN ROSAS, J. El camino hacia una definición del castigo corporal apegada a los derechos de la infancia. In: HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, A.; CAMPOS-DELGADO, A. E. (Org.). **Actores, redes y desafíos: juventudes e infâncias em América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2015. p. 331-350.

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2000.

CLAVES. **Un trato por el buentrato**. Disponível em: <<http://www.buentrato.org.uy/la-campana/>> Acesso em 18 jan. 2016.

DAMON, J. Vers la fin des fessées? **Futuribles**, Paris, n. 305, p. 28-46, fev. 2005.

DELANOË, D. Les châtiments corporels de l'enfant, une forme élémentaire de la domination. **L'Autre**, v. 16, n. 1, p. 48-58, 2015.

DUARTE, L. F. D. et al. **Valores religiosos e legislação no Brasil: a tramitação de projetos de lei sobre temas morais controversos**. Rio de Janeiro: FAPERJ; Garamond, 2009.

DUPONT, G. La fessée a-t-elle une valeur éducative? **Le monde.fr**, 3 mar. 2015. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/famille-vie-privée/article/2015/03/03/la-fessee-a-t-elle-une-valeur-educative_4586599_1654468.html#SQIYCwx05gXDDGuf.99> Acesso em 18 jan. 2016.

DUPONT, G. L'impossible débat sur la fessée, symptôme du malaise national. **Le monde.fr**, 13 mar. 2015. Disponível em: <http://www.lemonde.fr/education/article/2015/03/13/l-impossible-debat-sur-la-fessee-symptome-du-malaise-national_4593024_1473685.html#7sStO8eJabQSx3Og.99> Acesso em 18 jan. 2016.

- FASSIN, D., BOURDELAIS, P. (Org.). **Les constructions de l'intolérable**. Paris: La découverte, 2005.
- FERNANDES, C. **Bater e Apanhar** - A “polêmica” dos castigos corporais nas crianças e a necessidade de pensar para além do contra ou a favor. 2015. (mimeo)
- FONSECA, C.; CARDARELLO, A. Direitos dos mais e menos humanos. In: FONSECA, C.; SCHUCH, P. (Org.). **Políticas de proteção à infância: um olhar antropológico**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. p. 219-251.
- FONSECA, C. Abandono, adoção e anonimato: questões de moralidade materna suscitadas pelas propostas legais de “parto anônimo”. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista latino-americana**, n. 1, p. 30-62, 2009.
- FOURCHARD, L. “Enfants en danger” et “enfants dangereux”: expertises et différenciation raciale en Afrique du Sud, 1937-1976. **Politix**, v. 99, n. 3, p. 177-199, 2012.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- HÉRITIER, F. Réflexions pour nourrir la réflexion. In: _____. **De la violence**. Paris: Éd. Odile Jacob, 1996.
- INFORMACION GENERAL. Senado aprueba hoy ley que prohíbe el coscorrón, 14 ago. 2007. Disponível em <<http://www.ultimasnoticias.com.uy/hemeroteca/140807/prints/act06.html>> Acesso em 13/01/16.
- LEBLIC, I. L'Arche de Zoé: la chronologie d'un naufrage humanitaire. **Anthropologie et Sociétés**, Québec, v. 33, n. 1, p. 83-99, 2009.
- MEDAETS, C. “A prometida”: normas educativas e práticas disciplinares em comunidades ribeirinhas da região do Tapajós, estado do Pará. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. e1-e14, mai./ago. 2013.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Relatório mundial sobre violência contra a criança**, 2006.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Observations finales du Comité des droits de l'enfant**. France, 2009. Disponível em: <www.ohchr.org>. Acesso em 18 jan. 2016.
- RIBEIRO, F. B. Conselho Tutelar e negociação de conflitos. In: FONSECA, C.; SCHUCH, P. (Org.). **Políticas de proteção à infância: um olhar antropológico**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 93-112.
- RIBEIRO, F. B. Práticas de justiça e gramática espacial: Olhando para o espaço em instituições de proteção à infância. In: FERREIRA, J.; SCHUCH, P. (Org.). **Direitos e Ajuda Humanitária: perspectivas sobre família, gênero e saúde**. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2010. p. 105-127.
- RIBEIRO, F. B. Acolhimento de famílias e modos de apoio à (pluri) parentalidade. **Scripta Nova**, Barcelona, v. XVI, mar. 2012.
- RIBEIRO, F. B. Governo dos adultos, governo das crianças: Agentes, práticas e discursos a partir da ‘lei da palmada’. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 292-308, mai./ago. 2013.
- SAHLINS, M. **La Nature humaine: une illusion occidentale**. Paris: Éd. de l'éclat, 2009.
- SCHULTHEIS, F., FRAUENFELDER, A., DELAY, C. **Maltraitance** : contribution à une sociologie de l'intolérable. Paris: L'Harmattan, 2007.
- SEGALIN, M. **À qui appartiennent les enfants?** Paris: Tallandier, 2010.

SEGATO, R. Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 1, p. 207-236, abr. 2006.

SHERIFF, T. La production d'enfants et la notion de "bien de l'enfant". **Anthropologie et Sociétés**, Québec, v. 24, n. 2, p. 91-110, 2000.

SUREMAIN, C-E de, BONNET, D. (Org.). L'enfant du développement, **Autrepart**, n. 72, 2014.

TNS SOFRES. Les français et la fessée, 23 nov. 2009. Disponível em: <<http://www.tns-sofres.com/etudes-et-points-de-vue/les-francais-et-la-fessee>> Acesso em 18 jan. 2016.

VEJA. Brasileiros são contra lei que proíbe palmadas, 27 out. 2010. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/brasileiros-sao-contralei-que-proibe-palmadas>> Acesso em 18 jan. 2016.

VIANNA, A. de R. B. Direitos, moralidades e desigualdades: considerações a partir de processos de guarda de crianças. In: LIMA, R. K. de (Org.). **Antropologia e direitos humanos**, 3. Niterói: EdUFF, 2005. p. 13-67.

VIGARELLO, G. **História do estupro**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1998.

VIGARELLO, G. L'intolérable de la maltraitance infantile Genèse de la loi sur la protection des enfants maltraités et moralement abandonnés en France. In: FASSIN, D. BOURDELAIS, P. (Org.). **Les constructions de l'intolérable**. Paris: La Découverte, 2005. p. 111-127.

RESUMO

Desde o início dos anos 2000, os países signatários da Convenção sobre os direitos da criança (1989) são convocados a explicitar em lei o direito das crianças a serem educadas 'sem nenhuma forma de violência'. Para além da categoria "maus tratos", preconiza-se a proibição de um repertório mais amplo de atos designados através da categoria "castigos físicos, tratamento cruel e degradante". Neste artigo, abordarei algumas ressonâncias locais desta ação transnacional, tomando como referência desdobramentos desta proposta no Brasil, no Uruguai e na França. Atenta às conexões entre direitos humanos e os processos de mudança nas sensibilidades, abordo a intenção desta lei em sua dimensão produtiva. Ou seja, na sua capacidade de jogar luz sobre posições de poder e de provocar crítica cultural.

PALAVRAS-CHAVE: leis, castigos físicos, direitos da criança.

DATA DE RECEBIMENTO: 30/09/2015

DATA DE ACEITE: 21/03/2016



Fernanda Bittencourt Ribeiro

Doutora em Antropologia pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS, Paris, França), professora da faculdade e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), em Porto Alegre, Brasil. Coordenadora do Idades – Grupo de Estudos e Pesquisas em Antropologia (CNPq). Coeditora da Civitas – Revista de Ciências Sociais.

E-mail: feribeiro@pucrs.br

Entre músicas e rimas: jovens pesquisando jovens

Ana Carolina Videira Sant'Anna
Silvana Mendes Lima
Suanny Nogueira de Queiroz
Vanessa Monteiro Silva



IMAGEM: Wilfred Paulse

Introdução

“Não me importo com as rimas. Raras vezes
Há duas árvores iguais, uma ao lado da outra.”
Fernando Pessoa – Alberto Caeiro (1996)

Não se importar com as rimas, como escreve o poeta, seria, talvez, insistir ou afirmar o caráter raro do igual ou do semelhante presente em qualquer forma de vida. Uma insistência que tomamos aqui de empréstimo, como uma espécie de emblema daquilo que nos propomos tematizar neste artigo, a saber, como fundar um trabalho de pesquisa com crianças e jovens aprendizes de música trazendo como um de seus desafios irmos a campo sem chegarmos, necessariamente, com a rima pronta.

Mas, qual o problema de rimar?, desafiariam os rimadores.

Segundo o dicionário Aurélio (Holanda, 2000), a rima é a uniformidade de sons em repetição no fim de versos, o que torna impossível rimar sem criar sentido ao verso, a não ser de modo arbitrário. Como não tencionamos pesquisar em psicologia arbitrariamente, apropriamo-nos da rima na impossibilidade de nos fixar a um plano de intervenção prévio, demandamos compor com o outro as nossas rimas. Aplicar conhecimentos programados, ou seja, chegarmos de antemão com a rima pronta, extinguiria a singularidade do encontro com os jovens e negligenciaria a dimensão coletiva que atravessa nossa pesquisa, uma vez que somos também jovens. Rimar, portanto, não é problema, desde que possamos compor.

Incomodados, porém, com a uniformidade da rima e apostando em certo grau de pluralidade, buscamos novas definições. Foi no dispositivo online ‘Wikipedia’ que encontramos abrigo à nossa aposta. O ‘Wikipedia’ é uma enciclopédia construída coletivamente por internautas que compartilham saberes. Nele, a palavra rimar se refere ao ato de combinar, “estar de acordo com”, vinculada à ideia de homofonia, palavra de origem grega relativa à música. Na musicalidade, o rimar ganha diferenças em si mesmo: as vozes, segundo a enciclopédia, não precisam estar uníssonas na mesma melodia, desde que comportem a mesma duração e ritmo.

Logo, nos apropriamos da rima como aquela que comporta várias vozes em sintonia. Acreditamos ser possível, no ato de pesquisar, ir a campo sem a rima pronta desde que tal rima contemple o coletivo em seu paradoxo: o da composição de vozes em comum, mas que coexistam na diferença que cada voz porta do ponto de vista da sua singularidade. Apostamos na invenção de um comum que implique, ao mesmo tempo, no ‘com-um’: produções de desejos, investimentos, linguagens e corpos coletivos que entrelacem diferentes pessoas a um projeto.

Habitando o desafio próprio a esta lógica paradoxal, iniciamos, em 2010, um trabalho de pesquisa junto ao Espaço Cultural da Grota, uma Organização Não-Governamental situada na comunidade da Grota do Surucucu na cidade de Niterói-RJ. Seu objetivo é mobilizar talentos por meio da formação musical – mais especificamente a música clássica –, de modo a desenvolver habilidades junto a crianças e jovens através da identificação e potencialização de talentos e vocações, profissionalização e inserção no mercado de trabalho.

Selecionamos esse espaço por entendermos que condensava os critérios que orientavam as nossas escolhas de pesquisa, a saber: pelo alcance social e político presente em sua forma de atuação junto a crianças e jovens; pelo grau de inserção e integração à educação, seja ela formal ou informal; e, por fim, pelos modos de engajamento à comunidade local. Além do mais, os seus coordenadores avaliaram que seria potente a aproximação entre Universidade/Comunidade no sentido de juntos produzirmos formas coletivas de conduzir o projeto e de acompanhar suas atividades.

Do ponto de vista metodológico, estamos implicados em uma pesquisa-intervenção (Rocha & Aguiar, 2003). A questão é partilhar coletivamente uma análise do funcionamento dos diferentes modos contemporâneos de subjetivar que moldam diversos tipos de corpos, acompanhando especificamente os processos de produção de subjetividade de crianças e jovens aprendizes de música na periferia. Vale ressaltar que a subjetividade é, aqui, concebida como produção, sendo composta de diversos elementos, seja de natureza interna e/ou externa (afetivos, familiares, do corpo, da mídia, da linguagem, do desejo, entre outros). Essa heterogeneidade de elementos, em constante processualidade, faz da subjetividade uma instância múltipla indissociável de práticas sociais concretas (Caiafa, 2000).

Além disso, o sentido de periférico com que trabalhamos transita entre duas direções também coexistentes. De um lado, uma direção que denominamos de marginal e refere-se a pessoas que vivem à margem de um sistema de produção dominante, em que passam a ser cada vez mais segregadas. De outro, uma dimensão minoritária, ligada a um sentido de devir. Devir remete a tudo que é de ordem processual, daquilo que escapa aos sistemas de integração dominantes – um novo tipo de sensibilidade, de raciocínio, de ver e sentir o mundo – e, sobre esse aspecto, conjectura-se que

Há uma experimentação subjetiva que acontece nos grupos marginalizados ou oprimidos os quais, por manterem uma distância, ao mesmo tempo desejada e forçada em relação aos focos de poder, se descolam mais facilmente da subjetividade normalizada (Caiafa, 2000, p.68).

Em meio a essas duas direções, atentamos aos sentidos e valores que os jovens conseguem criar a partir das formas de engajamento aos projetos que lhes tomam como alvos de suas intervenções. Assim, não nos propomos apenas a pensar sobre eles, mas a falar com eles, compartilhando experiências que nos atravessam, nos unem e nos diferenciam, uma vez que somos todos jovens aprendizes.

DESENCONTRÁRIOS

“Mandei a palavra rimar,
ela não me obedeceu.

Falou em mar, em céu, em rosa,
em grego, em silêncio, em prosa.

Parecia fora de si,
a sílaba silenciosa.

Mandei a frase sonhar,
e ela se foi num labirinto.

Fazer poesia, eu sinto, apenas isso.

Dar ordens a um exército, para conquistar um Império extinto.”

Paulo Leminski (1987)

Entre rimar e sonhar, nos deparamos, como aponta a poesia de Leminski, com muitos labirintos. Interessa-nos, do ponto de vista de uma pesquisa que é, igualmente, intervenção, compreender e dar visibilidade ao modo como os jovens aprendizes produzem sentidos e afirmam valores relacionados, por exemplo, a ser jovem na periferia, participante de projeto social, aprender música clássica e sobreviver como artista.

Ao longo do tempo de convivência com os diferentes projetos, a ONG da Grotta – assim passamos a chamá-la – começou a nos mostrar toda a arquitetura de seu funcionamento. Um local que destoa completamente da região onde se insere, posto que se situa em um bairro nobre da cidade, e que, sobretudo, se volta ao ensino da música clássica. Os instrumentos que dominam os ensaios e povoam a imaginação dos frequentadores são, principalmente, nesta ordem, a flauta doce, o violino, a viola e o violoncelo.

Os aprendizes experimentadores destes instrumentos tornaram-se, paulatinamente, e em alguma medida, conhecidos por nós e vice-versa. Em pequenos e grandes grupos, compartilhamos nossas experiências e nos misturamos. Em Rodas de Conversas ou Brincadeiras, falamos do viver em comunidade e do viver no asfalto; do estudar música e estudar na Universidade; da necessidade de trabalhar ou não; de vontades, expectativas, dificuldades e gostos. O mais interessante é que, em inúmeros momentos, inventamos um modo próprio de nos misturarmos e, nessa mistura, não fomos de um lado, jovens universitários e, de outro, jovens de periferia – até porque muitos ali também são universitários. Em muitos de nossos encontros, fomos jovens pesquisando jovens, jovens falando com jovens sem, com isso, negligenciarmos as diferenças e disparidades de ordem social e econômica presente entre nós.

Na sintonia que fomos criando, passamos a considerar importante avaliar, coletivamente com a ONG, a natureza de seus projetos, bem como a natureza de nossas intervenções junto aos aprendizes e coordenadores. Nesse percurso de análise nos tornamos, todos, aprendizes. Aqui tomamos por empréstimo a acepção grega de aprendiz experimentador de si (Lima; Minayo-Gomez, 2003). Tal compreensão lança o aprendiz para além das significações dominantes, sendo o aprendizado um leque de possibilidades a ser continuamente inventado. Invenção que teve como desafio apostar no encontro com o outro, em meio aos labirintos e embates que eles nos conferem.

Sobre os labirintos que cercam o corpo do pesquisador

Um labirinto consiste em um conjunto de percursos embaralhados, criados com a intenção de desorientar aquele que o percorre. Segundo um antigo mito grego, o famoso Labirinto de Creta foi criado por Dédalo para alojar Minotauro (Ferreira, 2008), um monstro metade homem, metade touro, a quem eram oferecidos regularmente jovens que devorava. Esses jovens tentavam, sem sucesso, sair do labirinto. Conforme conta o mito, Teseu conseguiu derrotá-lo e escapar do labirinto desenrolando, ao longo do percurso, o fio de um novelo dado pela jovem Ariadne.

Tal como nos conta a mitologia, poderíamos nós, como pesquisadores, adotar também a estratégia de Teseu, na qual toda rota é registrada e anotada de forma a ser possível percorrer o caminho de volta com exatidão. Em nosso caso, diferente de Teseu, não nos interessaria tal exatidão, pois, enquanto pesquisamos, fazemos outro uso do fio de novelo, a saber, como memória. Isto porque entendemos que é a partir da reconstrução dessa memória que podemos compreender o que se passou para inaugurarmos novas configurações a partir da produção de sentidos outros (Deleuze; Guattari, 1996). Quando se trata de um percurso que prima muito mais pelo ato de percorrer, pode-se avançar labirinto adentro, tecendo caminhos, voltando e recriando rotas. A importância está na qualidade de como fazemos e percorremos esse caminho. Mas afinal, iríamos sós, sem nenhuma diretriz e nenhuma estratégia, como que perdidos no labirinto? Sem rima pronta?

Acreditamos que estar no campo com o corpo permeável ao que se dá no encontro não se refere a ir vazio ou partir do zero. Contamos isto sim, com uma “caixa de ferramentas” e um desafio – o desafio de relançar a vida na sua processualidade – que nos servem como condição de caminhar de modo a produzir outras travessias possíveis (Foucault; Deleuze, 1979).

Por meio da pesquisa-intervenção, que compõe nossa caixa de ferramentas, é possível percorrer diferentes entradas, porém o mais importante é que as saídas sejam múltiplas e abertas às mudanças de curvas e velocidades (Rolnik, 1989). Isso significa que percorremos o labirinto não para escapar, mas para experimentá-lo. Indica, portanto, um abandono à ideia de ter necessariamente um caminho pré-determinado, que comporta nele mesmo a intenção de um ponto de partida e um ponto de chegada, um destino já previsto e calculado. O que nos interessa é, portanto, inventar mapas provisórios e, principalmente, afirmar que possa haver outras rotas, diferentes das marcadas e catalogadas.

Por isso, não chegamos com a “rima pronta”. É notória a diferença de se chegar com a rima pronta, como um planejamento encerrado em si mesmo, e de se chegar com rascunhos que, no encontro com o campo, podem se metamorfosear. Como pesquisadores, imersos em um labirinto, nós nos deixamos contaminar pelas diversas forças e misturas que vivemos não só no espaço da Grotta, mas também em nossos encontros com a Universidade, com as ruas da cidade, com a arte, entre outros. Assim, do encontro com o espaço da Grotta, novos movimentos surgiam, desmanchando territórios e fronteiras e criando novas paisagens.

Sobre as paisagens e labirintos que acompanham a construção de um trabalho coletivo

No contato diário junto à ONG percebemos que, inicialmente, toda a demanda dirigida à equipe de pesquisa composta por estudantes de psicologia referia-se a expectativa de atendermos “crianças e jovens-problema”, a partir de um enquadre mais tradicional que compreendia uma atuação essencialmente clínico-individual. De um modo geral, foram inúmeras as solicitações de atendimentos individuais às crianças que, segundo os participantes do projeto, mereciam encaminhamentos urgentes. Considerando que essa demanda traduz, de certo modo, um conjunto de forças que tornam os especialistas “psis” peritos na solução de problemas de natureza psicológica, buscamos, então, utilizar uma ferramenta cara à corrente de pensamento francesa nomeada de Análise Institucional. Dentre os conceitos, tal corrente propõe o da “análise da encomenda” (Barembliit, 1992).

Analisar a encomenda consiste em desdobrar os pedidos feitos pela ONG, expondo, mesmo que de forma incipiente, o emaranhado de forças contidas no pedido. A partir desta atitude crítica é que aparece a demanda de análise cuja intervenção consiste em montar e ampliar novas direções no próprio ato de intervir.

Embora a equipe de pesquisa não tenha se furtado a ouvir os casos, considerados emergenciais, pudemos colocar em análise tal encomenda e propormos outras formas, mais coletivas, de compreensão e condução das questões que atravessam a vida de inúmeros aprendizes que compõem o projeto.

A partir da aposta na construção de dispositivos de coletivização, passamos a acompanhar de perto alguns projetos da ONG. Nas rodas de conversas, por exemplo, a fala de cada componente ganha legitimidade em um processo de ensino-aprendizagem e de reconhecimento uns dos outros com seus saberes, suas opiniões e valores sobre assuntos como arte, violência e formação. Fazer parte da roda permite que os jovens se sintam acolhidos, porque ali se encontram pessoas com quem podem se identificar e, também, se estranhar de alguma maneira. Com esse dispositivo, a partir da coletivização e circulação da palavra, traçamos tanto o que é considerado comum a todos os que participam do projeto, como aquilo que é vivido na sua diferença, criando redes de cooperação.

Uma dificuldade que encontramos logo de início dizia respeito à seguinte questão: enquanto jovens aprendizes e estudantes de psicologia como nos misturaríamos com aqueles jovens aprendizes da ONG? Em que direção iria nossas intervenções?

Neste sentido, pudemos partilhar agonias comuns, por exemplo, a de estarmos em processo de formação. Nós, imersos em uma formação de Psicologia, eles, em Música. Frequentamos, às vezes, os mesmos lugares, desde os ambientes universitários, passando por alguns espaços de lazer, o que traz o sentido similar a “somos todos iguais”. Porém as diferenças também se fazem presentes, dentre elas, o fato de serem residentes de regiões periféricas da cidade. Residentes em uma zona de pobreza,

herdeiros de uma histórica disparidade de renda que os impele, incessantemente, a sofrer desigualdades de diversas ordens – cultural, escolar, de lazer, de trabalho –, esses jovens insistem em buscar perspectivas que funcionem como um antídoto à indiferença a que são, cotidianamente, relegados. Mas, é, justamente, entre pontos e demandas, ora convergentes, ora divergentes, que mais uma vez o exercício de rimar se faz potente. Potente porque viabiliza, entre nós jovens, um revezamento de ideias, de troca de saberes e de afetos que forjam, ao mesmo tempo, a perspectiva de juventudes no plural e no ensejo da produção do comum.

Mas como produzir o comum a partir do lugar que nos é dado a ocupar: o de pesquisadores? A perspectiva teórica da pesquisa-intervenção nos traz outra valiosa ferramenta para pensarmos sobre como lidar com essas questões: a análise de implicação (Rodrigues; Souza, 1987). Ela permite colocar em análise o lugar de onde somos chamados a responder e nos abre à possibilidade de inventar outro lugar possível. Este conceito-ferramenta confirma que nosso fazer jamais está dissociado da política, afinal agimos em nome de uma ética e produzimos verdades no mundo.

Fazer a análise de implicação é, em certa medida, nos perguntarmos em que mundo queremos viver; quais rupturas buscamos produzir; quais outros processos de subjetivação queremos afirmar. Mas isto significa sustentar certo plano de indeterminação e, por que não dizer, algumas agonias.

Em vários momentos questionamos nosso trabalho na ONG. Algumas vezes sentíamos que não estávamos produzindo absolutamente nada. Atravessou, em nós, um sentido de inutilidade que se tornou matéria-prima de pensamento. O efeito expresso na inutilidade de nossos afazeres coadunava-se com um outro sentido, muito singular, que rondava os músicos do Espaço Cultural da Grota: o de uma Arte que “não serve para nada”.

Para eles, o sentido de inutilidade é experimentado por meio do seguinte embate: da arte enquanto produto para o mercado; e da arte como um operador potente de transformação dos modos de vida – que combatem a clausura da arte à perspectiva mercadológica.

Para nós, pesquisadores no campo da psicologia, o sentido de inutilidade faz pensar sobre o mercado dos saberes psis. Um mercado de variedades terapêuticas que por vezes, como supostos antídotos, espalha-se na promessa de uma resposta a tudo, que permita à vida nunca sucumbir ou obter a cura imediata para todo sofrimento, de tal modo que o profissional psi é visto como aquele que detém a verdade sobre o outro. Para esse consumo, não nos interessa servir.

Talvez seja esta a nossa maior agonística, sendo ela tão fundamental para nosso exercício crítico: habitar, também, o lugar de aprendiz e, na sustentação desta posição, afirmar que o conhecimento é de natureza híbrida, já que comporta diferentes experiências, perspectivas e referenciais e advêm, ainda, dos encontros que se fazem entre nós e os outros na direção de uma aposta: a constituição de um comum.

As rimas que construímos são de feitio coletivo. Rimas, por sua vez, que nem sempre seguem o que se entende tradicionalmente por rimar. São rimas que destoam, diferem, produzem outros sons, outros ritmos, outras velocidades, outros sentidos. Rimas coletivas.

E, em meio aos sons, ritmos e velocidades feitos de rimas, percebemos que o simples fato de estar lá, experimentando o que se passa por nós no encontro com eles, já produz algo. O processo de intervenção se efetua das mais diversas formas: quando valorizamos o que os jovens expressam sobre si mesmos; quando a partir destas expressões deixamo-nos afetar por elas e, nesse movimento, vamos constituindo nosso próprio corpo-pesquisador; quando nos propomos a compartilhar o que aprendemos juntos em outros espaços da sociedade, dentro e fora da academia; quando participamos de seus processos de formação, através de nossas intervenções no campo.

Aprendemos muito com eles. Os encontros possibilitam o surgimento de sentidos outros com relação, por exemplo, ao que significa ser jovem numa periferia. Há uma ordem hegemônica injusta e desigual que coloca os jovens residentes da periferia na condição genérica de pobres, vadios e ociosos, perspectiva acrescida à criminalização da pobreza e de seus efeitos. Na contramão desses olhares, os jovens que encontramos na Grota entendem que condições precárias de existência não necessariamente se coadunam com tais categorias. Isto porque, além do Espaço Cultural da Grota promover novas formas de sociabilidade, a própria convivência comunitária no bairro aponta para a criação de outras redes de produção do comum que tais categorias invisibilizam.

Nessas redes, a situação de vulnerabilidade é convertida em formas de solidariedade que inventam outras maneiras de integração à vida social expressas nos modos de compartilhar os cuidados com os filhos, de se relacionar entre eles, de trabalhar e de morar. Desse modo, o periférico não condiciona necessariamente uma experiência de falta e da carência, mas também de produção de reexistências (Heckert, 2004) no arranjo de outras formas materiais e imateriais de se sustentar e se reinventar. Quando é operada a inversão de uma periferia lançada em guetos de exclusão para uma periferia formada por redes em que a falta é convertida em outras presenças, o sentido de periférico ganha nova expressão. Uma expressão de periferias em devir na sua potência minoritária. Potência esta que abre e, ao mesmo tempo, tece um horizonte pautado na produção de sonhos comuns possíveis.

No entanto, a constituição de sonhos comuns se apresenta, também, a partir de um dilema que aparece estampado entre os jovens monitores do projeto. Um dilema que consiste, de um lado, em traçar uma perspectiva artística que porta uma forma de trabalho pautada em valores coletivos e de ajuda mútuos e, de outro, que tende a garantir “nichos de mercados” relativos ao ofício de músico pautado, unicamente, na lógica de “cada um no seu quadrado”.

Acerca dos valores coletivos, entendemos que para os jovens a grupalidade funciona como um recurso de aglutinação e reflexão a respeito do modo como desempenham suas atividades. Estar em grupo torna-se, dessa maneira, uma fonte produtora de energia e confiança, e os conflitos e divergências, advindos do convívio diário, provocam a busca de saídas coletivas para os impasses.

Apropriando-se do grupo como parte de um processo educativo, verifica-se a construção de relações de solidariedade, de cuidado e de convivência com as adversidades – dividindo dúvidas e incertezas, compartilhando e comemorando acertos – por meio de elementos que não fazem parte, necessariamente, dos ideais de sucesso e de consumo que atravessam de forma significativa os empreendimentos artísticos empresariais.

Mesmo quando almejam a profissionalização e tornam legítimo para si mesmos serem, por exemplo, músicos de uma grande orquestra, não vêem a profissionalização como finalidade última. Ao contrário, apropriam-se do projeto e de suas atividades enquanto um investimento educativo e de socialização. Assim não sucumbem, de vez, à tentação crescente aos valores individualistas, competitivos e de consumo apregoados nos modos de vida vigentes, resistindo e afirmando, nas formas de ser artista, sua potência coletiva e criadora.

A confecção de rimas e sonhos possíveis

Ir sem rima pronta para confeccionar novas rimas. Eis o exercício! Um exercício cujo percurso é feito de labirintos e de todas as suas paisagens. Paisagem híbrida, desassossegada (Pessoa, 1982) e que, por isso mesmo, constrói, no processo de pesquisar, sonhos possíveis.

No caso de nosso plano de pesquisa, uma paisagem periférica que se faz não obstante da força de segregação às camadas pobres da população, na invenção de periferia em devir. Periferia a qual, apesar dos processos de exclusão às formas materiais e sociais de existência vigentes, comporta forças minoritárias que escapam e, ao mesmo tempo, criam outras maneiras de sentir, viver e estar no mundo.

Para afirmar a dimensão periférica em seu sentido minoritário e, por isso, dissidente, nos firmamos em procedimentos éticos e estéticos que atravessam o ato de pesquisar. Éticos porque referendados na criação de uma rede de sustentação baseada em alianças (políticas, institucionais, familiares, entre outras) capazes de abrigar os jovens que sofrem um contínuo processo de ruptura com o vínculo social. Estéticos porque toma essa produção, histórica, de suscetibilidades das mais diferentes ordens (econômica, social, familiar entre outras) como matéria a ser transformada em atitudes e movimentos que intervenham nesse processo contemporâneo de subjetivação dominante, dando passagem ao novo.

Contudo, agenciar ética à estética requer, num primeiro momento, separar ética da moral colocando-a não mais ao lado do dever, mas ao lado da potência de poder ser, sentir, agir e de pensar, da potência capaz de travar um combate perpétuo contra tudo que subordina o corpo aprendiz a valores contemporaneamente referidos e encaixados aos ditames do mercado.

Nesta direção, o Espaço Cultural da Grota se torna um lugar de um valor inestimável quando inventa formas de convivência e de passagem com seus ritos de iniciação para crianças e jovens aprendizes. Sobretudo para o adulto jovem das periferias, incluso, quase exclusivamente, em um processo de iniciação que visa adaptá-lo e transformá-lo, o mais cedo possível, em um corpo apto para o trabalho secundário, que não exige qualquer tipo de formação especializada e se dá, comumente, em condições indignas e precárias. A música emerge como uma possibilidade de transpor a instituição do trabalho precário que persegue a vida como se fosse “aquela cerca viva” que condiciona seus passos.

Além disso, vemos o quanto desempenhar e desenvolver atividades marcadas pela interferência da arte e da cultura comporta um trabalho imaterial, já que neste campo não se trata apenas de executar tarefas, mas, sobretudo, concebê-las, criá-las. As matérias criadas produzem, por conseguinte, coisas imateriais: sons, ritmos, performances, imagens, serviços, incidindo sobre algo imaterial: a subjetividade humana. Ao ampliarmos essa análise, assinalamos que a condição de trabalho imaterial, assim como o seu conteúdo e resultado, consiste na própria produção de subjetividade que atravessa tanto o processo de trabalho como o seu produto.

Somos, enfim, todos permeados por essa potência imaterial. Jovens aprendizes de música e jovens pesquisadores num plano de afetações mútuas sem rimas prontas, instaurando caminhos desviantes, uma morada coletiva e expressiva consistente que pode comportar o inusitado e disparar novos movimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAREMBLIT, G. **Compêndio de Análise institucional e outras correntes**. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

BENJAMIN, W. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: ADORNO et al. **Teoria da Cultura de massa**. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 221-254.

CAIAFA, J. **Nosso século XXI: notas sobre arte, técnica e poderes**. Rio de Janeiro: Editora Relume-Dumará, 2002.

DELEUZE G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. Vol. 3. São Paulo: Editora 34, 1996.

FERREIRA, J. R. **Labirinto e Minotauro: mito de ontem e hoje**. Coimbra: Editora Simões e Linhares Ltda, 2008.

FOUCAULT, M.; DELEUZE, G. Os Intelectuais e o Poder. In: MACHADO, R. (Org.). **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 69-78.

HECKERT, A. L. C. **Narrativas de resistências: Educação e política**. 2004. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2004.

HOLANDA, A. B. **Mini Aurélio Século XXI: O Mini Dicionário da Língua Portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

LEMINSK, P. Desencontrários. In: _____. **Distraídos Venceremos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 28.

LIMA, S. M.; MINAYO-GOMEZ, C. Modos de subjetivação na condição de aprendiz: embates atuais. **Historia, Ciências, Saúde - Manguinhos (Fiocruz)**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 931-953, set./dez. 2003.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. A construção do plano da clínica e o conceito de transdisciplinaridade. **Psicologia: teoria e pesquisa (UNB)**, Brasília, v. 16, n.1, p. 71-79, jan./abr. 2000.

PELBART, P. P. Ecologia do Invisível. In: _____. **A Nau do Tempo Rei**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1993. p. 47-61.

PESSOA, F. Não me importo com as rimas. In: Fernando Pessoa e seus Heterônimos: Alberto Caeiro (13/05/96). Disponível em: <[users.isr.ist.utl.pt~cfb/VdS/pessoas.html](http://users.isr.ist.utl.pt/~cfb/VdS/pessoas.html)> Acesso em 3 set. 2015.

_____. **Livro do Desassossego por Bernardo Soares**. Vol. 2. Lisboa: Ed. Ática, 1982.

ROCHA, M.; AGUIAR, K. F. Pesquisa intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 23, n. 4, p. 64-73, dez. 2003.

RODRIGUES, H. B. C. S.; SOUZA, V. L. B. A análise institucional e a profissionalização do psicólogo. In: SAIDON, O.; VIDAR, K. (Org.). **Análise Institucional no Brasil**: Favela, Hospício, Escola, Funabem. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987. p. 27-46.

ROLNIK, S. **Cartografia sentimental**: Transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

RESUMO

Este artigo situa alguns desafios frente à construção coletiva de um trabalho de pesquisa voltado a jovens residentes de uma região periférica da cidade de Niterói-RJ. Trata-se do Espaço Cultural da Grotta, que trabalha com a formação musical desta população específica. Neste percurso, discorreremos acerca dos labirintos e das saídas possíveis que povoam o encontro entre os aprendizes de música e o aprendiz-pesquisador, em especial a partir de um trabalho de pesquisa que escolheu chegar a campo sem a rima pronta. Como ferramenta metodológica, elegemos a pesquisa-intervenção (Rocha; Aguiar, 2003), que privilegia uma maneira de pesquisar interessada em partilhar coletivamente os impasses vividos por jovens de modo a localizar saídas frente às formas de vida vigentes. Nesta partilha, instaurou-se tanto para os aprendizes de música como para os aprendizes pesquisadores um trajeto com encontros consistentes que comportaram o inusitado e os desassossegos disparadores de novos movimentos.

PALAVRAS-CHAVE: juventudes, periferias, devir, arte, música.

DATA DE RECEBIMENTO: 29/04/2015

DATA DE ACEITE: 13/12/2015



Ana Carolina Videira Sant'Anna

Graduada em Psicologia e Bacharel pela Universidade Federal Fluminense, Brasil. Especialista em Assistência a Usuários de Álcool e Drogas no Programa de Estudos e Assistência ao Uso Indevido de Drogas – PROJAD/IPUB. Psicóloga na ONG Movimento de Mulheres, em São Gonçalo, e no Programa NACA - Núcleo de Atenção às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Brasil.

E-mail: anavideira@hotmail.com



Silvana Mendes Lima

Doutora em Ciências da Saúde pela FioCruz e Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil.

E-mail: sm.lima1960@uol.com.br



Suanny Nogueira de Queiroz

Graduada em Psicologia e Bacharel pela Universidade Federal Fluminense, Brasil. Psicóloga Clínica. Atua em Instituição de Acolhimento infanto-juvenil e no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)/Rede SUAS (Sistema Único de Assistência Social), Brasil.

E-mail: suannysales@gmail.com



Vanessa Monteiro Silva

Psicóloga Clínica e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense, Brasil.

E-mail: vanessams_psi@yahoo.com.br

Desastres socioambientais em comunidades ocupadas por mineradoras:

qual o impacto dos conflitos na vida dos jovens?



ENTREVISTA DE
Célia Dias

COM
Rafael Prosdocimi

IMAGEM: Rogério Alves/TV Senado

Célia Dias: Me fale um pouco sobre a sua formação e de como chegou ao tema de investigação dos jovens em ambientes de conflito socioambiental.

Rafael Prosdocimi: Desde a graduação eu me interessei pela Psicologia Social com ênfase nas questões políticas contemporâneas, na participação social na saúde pública, sobre o debate racial, de gênero e sexualidade. No mestrado e no doutorado que fiz no Instituto de Psicologia da UFRJ, trabalhei diretamente com temáticas envolvendo jovens, particularmente a participação política com foco nas questões ambientais. Inicialmente a questão do meio ambiente me tocou em 2008, quando vivemos “uma crise econômica global” e daí me interessei pela questão ambiental, pois entendia que a crise poderia ser um momento de repensar os padrões de consumo e produção, mas não foi o que aconteceu. Então me interessei por entender por qual razão, com quais objetivos e a partir de quais discursos os jovens se mobilizavam pela luta ambiental. Para responder a essas perguntas, entrevistei jovens ambientalistas do Rio de Janeiro. No doutorado, eu continuei na temática ambiental, mas partindo de outra perspectiva: de uma visão da luta ambiental singular, entendida como uma disputa por recursos materiais e também simbólicos. Assim, fiz um estudo de caso envolvendo um grande projeto de extração de minério de ferro, o Projeto Minas-Rio, articulando de que forma os efeitos sociais, econômicos e culturais afetam a experiência e a vida dos jovens dessa região, no interior de Minas Gerais. Os jovens são objeto de preocupação das autoridades públicas, mas o que nós observamos é que pouco se sabe como eles vivem, refletem e se posicionam frente a tudo o que envolve um processo tão dramático de exploração mineral.

Célia Dias: Resumidamente, o que é o Projeto Minas-Rio? Qual seu impacto sobre a juventude?

Rafael Prosdocimi: Como eu disse, o interesse por entender as questões dos conflitos ambientais e de como a juventude é afetada por esses conflitos me levou ao caso do Minas-Rio, um projeto que chama a atenção porque Conceição de Mato Dentro, a região onde o projeto está localizado, sempre foi famosa por suas belezas naturais, históricas e culturais, pelas cachoeiras, pela história ligada à Estrada Real, e que ao final de 2006 passou a ser objeto de interesse de grandes mineradoras. O projeto se tornou operacional no final de 2014 e é o maior projeto de mineração da Anglo American. Além da mina a céu aberto, o projeto conta com um mineroduto de 530 km que utiliza as águas puras da região, do Rio do Peixe, para bombear o minério até o Porto do Açú em São João da Barra, norte Fluminense. Quando estive fazendo o trabalho de campo, o projeto estava em processo e a cidade se preparando para receber o empreendimento. E como o jovem ainda é visto muito mais como um sujeito em preparação do que como ator pleno, achamos interessante pensar esses sujeitos diante dos desafios e problemas relativos ao projeto na vida presente desses jovens, como eles estavam de fato vivendo esse momento. Os jovens são alvo de inúmeros discursos na região, por um lado, há os que afirmam que o jovem é quem mais irá se beneficiar do desenvolvimento trazido pelo empreendimento, as possibilidades de formação educacional e profissional. Por outro lado, há os que se preocupam com os efeitos nefastos do empreendimento no ambiente, na qualidade da água,

do ar, e também dos seus efeitos sobre questões de violência em geral, entende-se que os mais jovens são mais sensíveis a esses problemas. Eu então busquei entender como os próprios jovens se posicionam nesse cenário de conflitos socioambientais e também de disputa em torno do sentido desse empreendimento.

Célia Dias: E o impacto sobre os outros atores, além da juventude? Há diferenças, considerando a questão geracional?

Rafael Prosdocimi: O jovem acaba sendo um ator muito relevante porque boa parte da população local entende que o projeto iria trazer emprego, renda e perspectivas futuras. Então há todo um envolvimento voltado para a preparação dos jovens. Os diretores de escola propondo cursos técnicos instalados de acordo com as necessidades do empreendimento e todo um discurso de que os jovens podiam se preparar melhor para ocupar lugares importantes na empresa. Por outro lado, o empreendimento também já apresentava outros aspectos não positivos, por exemplo, a violência, o problema das águas, drogas. O impacto sobre as pessoas idosas era ainda mais visível, pois sentiam muito o chamado preço do progresso: fim da vida pacata, das portas e janelas abertas, da tranquilidade, da segurança.

Célia Dias: A velha ideia de que o progresso é bom mas tem um preço.

Rafael Prosdocimi: Sim, e neste caso a diferença geracional sobressai, os mais jovens e os mais idosos são colocados em campos opostos no entendimento e na aceitação do progresso; a população enfatiza que os jovens querem o “progresso” e que os idosos o refutam, ainda que, é claro, nada seja assim tão simples. Um aspecto fundamental na região de Conceição do Mato Dentro é que há uma prática estabelecida, comum em regiões interioranas, dos jovens migrarem para cidades maiores em busca de educação e trabalho. A chegada do projeto foi vista como uma possibilidade de permanência dos jovens na região. Além da diferença geracional, há muitas diferenças entre aqueles que moram nas sedes urbanas e aqueles que moram no entorno da mina, na área rural e que sofrem de forma mais direta com a presença da mineradora, sem contar tanto com as instituições públicas para regular, minimamente, o funcionamento da empresa.

Célia Dias: Um aspecto que pode ser gerado pela maior cobertura da mídia, pois quem vive nas cidades de modo geral tem mais visibilidade social. Outra questão interessante que você enfatizou na sua tese de doutoramento diz respeito às dificuldades para a realização do trabalho de campo em um cenário de conflito e desconfiança, onde todo “forasteiro” era identificado como agente da empresa de mineração. Isto diz respeito a um conflito permanente, latente, entre a comunidade e a mineradora?

Rafael Prosdocimi: Quando a gente vai fazer um trabalho como este é muito importante entrar na cotidianidade da comunidade, e lá na região eu acabei frequentando as comunidades do entorno de Conceição do Mato Dentro, as escolas, os locais frequentados pelos jovens, e muitas vezes eu me surpreendia com o fato de que mesmo eles sabendo que eu estava lá para realizar uma pesquisa, vez por outra eu era tratado como alguém da

mineradora. A desconfiança das pessoas, principalmente das mais velhas, era muito forte, talvez pela forma como o projeto foi levado pra região, pela empresa MMX - Mineração e Metálicos, do Eike Batista, que chegou na região adquirindo propriedades sem dizer que era para um empreendimento de mineração, pois isto aumentaria o valor das terras. Chegaram a usar um nome simbólico de fachada, Borba Gato, que foi um bandeirante famoso, como uma estratégia para negociar separadamente com as famílias em uma região de uso tradicional da terra, de comunidades quilombolas. A Anglo American entrou posteriormente e manteve os procedimentos na aquisição das propriedades que geraram angústia, tensionaram as relações entre famílias, criaram expectativas, e de certo modo, fragmentaram as comunidades, algo que está documentado pelo Ministério Público Estadual de Minas Gerais e pelo Ministério Público Federal. Então, o lugar de onde eu falava, que era a universidade, a pesquisa, isto era muito distante do que eles viviam na região e acabavam me identificando, em alguns momentos, com os “forasteiros”, que chegavam de fora para trabalhar na região.

Célia Dias: Milton Santos disse uma vez que enquanto pesquisadores, nós devemos deixar falar o território. No seu trabalho o território - o ambiente - está articulado à voz das comunidades? Quando a comunidade fala, na verdade quem fala é a floresta, o rio, a natureza é quem fala.

Rafael Prosdocimi: Eu cheguei na região com poucas informações, achando que era um lugar simples, de população homogênea, e logo me surpreendi com a diversidade populacional e uma riqueza cultural e histórica impressionantes. Há passagens de vários naturalistas que descrevem as belezas e as práticas culturais da região, como por exemplo, Saint-Hilaire¹, que viajou pela região no início do século XIX. Para entender o território, o que estava acontecendo na região, foi fundamental ouvir as diferentes falas, as diferentes vozes que se faziam presentes. Por exemplo, eu conheci a comunidade Água Quente, que é atravessada por dois rios muito importantes, e então quando fui conversar com os jovens que moravam na região, eles me falaram que não podiam mais tomar banho no rio porque ficavam com problemas na pele, que a água estava “estragada”. Então, quando a empresa se instala com a mineração, ela interfere nas falas da comunidade, e tudo passa a ser o empreendimento da empresa neste lugar. Escutei diversas vezes questões sobre as águas, as pessoas falando “sem água nada vive” e os jovens falavam muito disso, lembrando-se dos momentos de lazer, da importância das águas nas relações afetivas, de amizade.

Célia Dias: Há uma reconfiguração da história desse território.

Rafael Prosdocimi: Exatamente, as comunidades vão perdendo a força e a relação com o lugar.

Célia Dias: Para trabalhar a percepção dos jovens em relação ao projeto da mineradora e as transformações no território vivido, você utilizou o conceito de experiência e narrativa na compreensão dessas falas, desses sentimentos dos jovens. Nesta perspectiva, você diz que preferiu estudar sujeitos e sentimentos, ao invés de discutir

¹ Auguste de Saint-Hilaire, famoso botânico e naturalista francês que viajou pelo Brasil entre 1816-22, estudando e colhendo amostras da flora brasileira.

lógicas e estruturas. Como você justifica esta posição, considerando que os cenários de conflitos socioambientais tem se multiplicado tanto no Brasil? Quer dizer que você diz que vai falar do jovens a partir de sentimentos, mas o que parece é que o tempo todo você está deixando falar o território.

Rafael Prosdocimi: De modo geral, a perspectiva macro é a que predomina nos estudos ambientais, ecológicos, então, no caso do projeto Minas-Rio, a gente poderia focar no cenário da época de grande valorização econômica do minério de ferro em 2010, 2011. Mas eu trouxe o conflito da perspectiva dos sentimentos, das expectativas, tentando entender como os sujeitos se apropriam da realidade. Existem afetos, relações, apreensões da realidade que não são captados pelo recorte macroestrutural. E de fato, por mais que a minha leitura fosse crítica ao projeto, por exemplo, eu não podia deixar de mostrar que muitos moradores daquelas comunidades tinham uma perspectiva positiva quanto ao desenvolvimento, ao progresso. Então foi importante aliar as questões econômicas e sociais a essas experiências e narrativas, e assim pensar como as coisas nos tocam, e que nem sempre isto é claro, mas que mesmo assim a gente pode falar sobre isto. Eu encontrei muitos jovens que desejavam o emprego, que me falavam do desenvolvimento, dizendo que o sonho deles era ser motorista. Então de onde veio essa experiência, esse imaginário? A partir dessas narrativas singulares foi possível compreender as histórias coletivas.

Célia Dias: O sentimento dos jovens, que você percebeu em relação aos conflitos ambientais que estavam acontecendo por causa da empresa, era de falta de perspectiva ou de uma esperança de que tudo aquilo poderia melhorar a vida?

Rafael Prosdocimi: Quando eu estive lá, grande parte dos jovens acreditava na perspectiva de desenvolvimento propagandeada pela empresa. Então a perspectiva de um curso técnico de mineração era grande, pois antes, um rapaz numa roda de conversa me disse que ele “ou trabalhava na funerária ou na escola”, e com a empresa os jovens podiam pensar em viver e ter outros trabalhos naquela localidade. Eu acredito que a Anglo American conseguiu o apoio da população local não apenas pelo emprego direto ou pela renda que aumentou com a ocupação do território - supermercados, hotel, pousada -, mas porque ela conseguiu impregnar no imaginário a esperança de que iria melhorar a vida na região para os jovens. O que se mostrou, afinal, é que os jovens eram muito importantes na região, eles não estavam “marginais” à proposta da empresa, eles foram absolutamente centrais na promessa da mineradora. Por exemplo, a empresa em associação ao Senai (Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial) fez um processo seletivo aos cursos técnicos, e o que a população diz é que o processo foi fraudado, viciado, pois quem tinha contatos políticos, parentes na empresa, conseguiu as vagas. Este processo foi o que mais gerou reclamações dos moradores no “disque-denúncia” da companhia, como me confidenciou uma entrevistada. Isso em parte ilustra a importância do jovem nesse cenário.

Célia Dias: O caso da recente tragédia socioambiental ocorrida em Mariana, de responsabilidade da mineradora Samarco, há muita relação com os temas que você abordou na tese.

Você poderia comentar sobre isto, principalmente a questão do emprego e do desemprego juvenil, e das expectativas e frustrações dos jovens com esse tipo de desenvolvimento trazido pela mineração.

Rafael Prosdocimi: O que mais chamou a atenção em Mariana, e que tem muita relação com o que eu encontrei no projeto Minas-Rio, é a dependência econômica das comunidades em relação ao empreendimento da mineração. Logo após o crime de rompimento da barragem, o prefeito apareceu preocupado com a paralisação das atividades, pedindo que fossem retomadas o mais rápido possível. Então, na verdade o que se verifica é que, para se consolidar, a mineradora precisa se impor e acabar com outras fontes de trabalho e de renda, ela precisa se colocar como a única alternativa para o desenvolvimento da região. Mas, com a crise do preço do minério, as empresas passaram a diminuir os investimentos em segurança, o que não é muito diferente das outras mineradoras, apesar da centralidade da empresa na vida das comunidades. A estratégia de cooptação também é vital, pois a empresa chega em uma comunidade e contrata 40, 50 pessoas, e claro, cada um dos contratados conhece outros que também desejam um emprego. No período de “ventos favoráveis” ao mercado do minério, as coisas parecem boas, mas aí quando começam a aparecer problemas é que a sociedade percebe que a empresa, o empreendimento, não se equivale à comunidade, às cidades e distritos. Os jovens, portanto, que fiavam seus projetos de vida aos projetos do empreendimento passam a sofrer com isso, pois tem que rever, mais uma vez, suas escolhas de vida.

Célia Dias: Isso acaba gerando um impacto de renda familiar importante, então as pessoas acabam tendo dificuldade para se colocar contra a empresa.

Rafael Prosdocimi: A situação de Mariana me lembrou muito a situação dos habitantes de Conceição do Mato Dentro que vivem à jusante da barragem. Então, para além da ocorrência concreta de rompimento, tem uma violência cotidiana, porque as pessoas dormem com medo, vão para a escola com medo. As comunidades vivem angustiadas, com medo, porque estão no caminho dessas águas, e agora a tragédia em Mariana deixou essa marca para as comunidades que convivem com as mineradoras.

Célia Dias: Agora aquela esperança que existia, principalmente entre os jovens, agora ela desaparece. Se existia alguma possibilidade de desenvolvimento agora está claro que isso não vai mais acontecer. Eu vi reportagens com famílias de Mariana dizendo que não queriam saber de reconstrução da cidade, pois sabiam que não haveria reconstrução histórica da cidade, então o melhor seria ir para outro lugar. O trauma nos jovens certamente é imenso, há uma destruição de toda a identidade coletiva de infância, tudo isso desaparece.

Rafael Prosdocimi: É uma tentativa de mudança coletiva, de continuar em outro lugar. Retomando o projeto Rio-Minas em Conceição de Mato Dentro, lá foi possível perceber como o processo de construção do empreendimento em andamento era subjetivado, havia claramente uma expectativa de desenvolvimento, de progresso, de bom emprego. Havia jovens dizendo que não queriam ficar nas máquinas, queriam sim ser

engenheiros, então é um tipo de expectativa de vida, as pessoas não querem mais sair pra trabalhar em outro lugar, querem ficar e construir a vida lá mesmo. Em Mariana, o que se vê hoje é que os jovens estão diante da realidade de que as promessas da empresa não fazem muito sentido, estão submetidas a uma outra lógica. Em Conceição de Mato Dentro, a Anglo American, que é a quarta maior mineradora do mundo, anunciou que vai vender o projeto, que não vai dar continuidade, então os jovens novamente estão submetidos a um impasse, a uma situação de angústia, sem saber o que vai acontecer; as demissões já começaram, o clima nas comunidades mudou completamente, estão agora vivendo uma situação em que ninguém se responsabiliza por nada.

Célia Dias: Como uma perspectiva crítica baseada na noção de justiça ambiental pode ajudar a compreender a situação dos jovens nestes cenários de conflito ambiental?

Rafael Prosdocimi: A questão seria pensar: quem se responsabiliza por processos dessa natureza? Se a comunidade consegue se envolver no processo, se participa ativamente e não fica submetida a uma estrutura baseada em promessas vazias, talvez conseguisse lidar com a tensão de outra forma. Por exemplo, o sofrimento, o trauma associado ao rompimento da barragem em Mariana ou mesmo a situação de crise em Conceição de Mato Dentro, decorrem em grande parte porque as pessoas não estão participando dos processos, pois tudo vem “de cima”, - a ideia de progresso, as decisões, as ações sociais, a lama - tudo vem de um lugar no qual a comunidade não tem direito a falar e de se posicionar.

Célia Dias: E ainda tem a questão presente nos fóruns coletivos em que pessoas talvez gabaritadas para participar e ajudar acabam sendo cerceadas pelas próprias comunidades, que tem medo de que todo sujeito de fora seja um aliado da empresa.

Rafael Prosdocimi: Eu vivenciei diversos fóruns envolvendo empresa, comunidades, Ministério Público, universidade. E mesmo com a riqueza dos debates, a tensão era permanente, pois a atitude da empresa era sempre a de fragmentar as comunidades, de utilizar expedientes para esvaziar espaços reais de debate em nome de um marketing vazio, para difundir imagens favoráveis aos interesses da empresa.

Célia Dias: Na sua tese de doutoramento, você disse que as crianças e os jovens, apesar de presentes no mundo público, são sempre desconsiderados como sujeitos capazes de compreensão e ação. Como você relaciona esta posição a que estão submetidos os jovens e a questão ambiental hoje no Brasil, e especificamente em Conceição do Mato Dentro?

Rafael Prosdocimi: A preocupação com a gravidez das adolescentes, com o uso de drogas e com a violência urbana são aspectos presentes na fala dos moradores da região, muito mais do que a questão ambiental. E os jovens, as crianças, fala-se muito deles, mas eles não são ouvidos. Por um lado, eles vão aproveitar, vão ter melhores chances de vida; por outro, eles vão sofrer muito, é um jogo, mas de fato eles falam pouco, são muito pouco acionados. Nas reuniões públicas, eles ficam por ali, mas os jovens que

falam são apenas aqueles que já têm uma inserção política, candidatos a vereador, lideranças comunitárias estabelecidas. Essa ideia de que eles não são sujeitos é porque de fato eles não são escutados como desejam. E na questão ambiental, um exemplo que me tocou muito foi uma jovem que eu entrevistei e ela sempre me pareceu estar apoiando a empresa. Ela fazia o curso do Senai e parecia muito feliz com aquela situação. Mas em determinado ponto da entrevista, ela começou a falar que tinha medo que a comunidade fosse prejudicada, ela tinha medo que a comunidade acabasse, demonstrando preocupação com as gerações seguintes, com seus filhos, netos, que eles não tivessem conhecimento da história da comunidade. Ela falava das águas do lugar com grande preocupação, pois antes da Anglo American chegar havia muita água, mas que ela estava acabando, e assim ela questionava o que estava acontecendo na região de forma global. Então, uma pessoa que eu imaginava que não tivesse nenhum senso crítico, que demonstrava estar focada em conseguir um trabalho bem remunerado, de ter uma vida melhor, essa pessoa mostrou que não queria abrir mão da sua comunidade, da sua história, da sua tradição. Isso demonstra que a gente não pode abrir mão da fala dos jovens, pois eles são de fato sujeitos que participam, que tem um entendimento do processo, que vivem a cotidianidade, então eles têm a sua fala, e precisam ser ouvidos, pois isto poderia enriquecer as decisões da comunidade.

Célia Dias: Mas atualmente muito se fala na formação crítica das crianças sobre a questão ambiental, inclusive com a inserção do tema na formação escolar. E no caso dos jovens há todo um debate sobre o deslocamento dos partidos políticos para os chamados coletivos. E o tema do meio ambiente sempre aparece como um dos motivadores dessa mudança, e também como epicentro da preocupação entre os jovens, algo que seria capaz de impulsioná-los para um novo tipo de militância, uma nova forma de engajamento. Como você tem visto essa questão? Em Mariana ou em Mato Dentro, por exemplo, há relatos sobre essa militância jovem pró meio-ambiente?

Rafael Prosdocimi: A educação ambiental e ecológica lá na região é muito incipiente. Em Conceição do Mato Dentro tem um grupo famoso, a Sociedade dos Amigos do Tabuleiro, que é muito importante, mas sem uma inserção forte entre os jovens. Essa militância ambiental tem uma ideia muito metropolitana, pois os jovens de Conceição do Mato Dentro estão imersos em outra lógica, pois eles fazem sim agroecologia, mas eles não dizem que fazem agroecologia. Na região tem muitas comunidades quilombolas, e isto significa a adoção de métodos de cultivo tradicionais, sistemas de trocas, e jovens que cultivam estas relações. Há jovens lideranças comunitárias que mobilizam, organizam suas comunidades, mas que não se apresentam como “jovens”. Assim como não se apresentam como ativistas ambientais no sentido tradicional, mas que lutam pelas águas, pelo ambiente, por um modo de vida que não degrade as relações sociais e a natureza. Por outro lado, a região de Conceição do Mato Dentro passou por um ‘boom’ de defesa do meio ambiente, se autodenominando capital mineira do ecoturismo, e a questão do meio ambiente passou a ser mais divulgada. Mas não existe isto que nós entendemos como jovens ambientalistas.

Célia Dias: As lutas indígenas no Brasil que incluem o direito ao território e à sua preservação têm tido um papel importante para se repensar o meio ambiente e o direito das futuras gerações de usufruí-lo?

Rafael Prosdocimi: Existe uma contraposição lógica na forma como essas comunidades tradicionais, sejam indígenas ou quilombolas, se apropriam do espaço, que é bem diferente do que fazem as populações urbanas, industriais. Tem uma heterogeneidade constitutiva do país que não vai ser eliminada, a não ser à força, na base de empreendimentos que entram com violência alterando a lógica das comunidades, como é o caso de Belo Monte, que leva uma perspectiva de desenvolvimento maior para a região, e já temos projetos de mineração pensados em territórios indígenas. A gente entende que são projetos que têm por objetivo mais do que explorar os recursos naturais, ou do que produzir minério, querem produzir sujeitos que aceitem se inserir na lógica de mercado, de desenvolvimento no sentido da exploração mercantil do território.

Célia Dias: As comunidades temem as tragédias, mas acabam se rendendo ou sendo obrigadas a se render à pressão das grandes empresas e também do Estado. Podemos esperar mudanças na maneira de as comunidades reagirem aos crimes ambientais no Brasil?

Rafael Prosdocimi: O que aconteceu em Mariana, a repercussão global, a devastação decorrente que a gente nem consegue medir, talvez isto possa resultar em outra forma de regular esses processos, desde que, é claro, exista participação política em torno disso. A posição geral das empresas e do Estado é muito clara, de acelerar os empreendimentos, assumindo riscos pelos quais eles não se responsabilizam.

Célia Dias: Mariana pode ser considerada a maior tragédia socioambiental do Brasil, e a gente pode dizer que é uma tragédia que prossegue, não foi nem resolvida, nem minimizada.

Rafael Prosdocimi: E infelizmente as respostas do governo federal e do governo estadual mostram que não houve nenhuma ação efetiva do Estado. A primeira entrevista concedida pelo governador de Minas Gerais foi realizada dentro do escritório da empresa. Por outro lado, as pessoas já estão se organizando, em outras localidades o Movimento dos Atingidos pela Mineração (MAM) cresceu muito nos últimos anos seguindo o modelo do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), e está discutindo e questionando o modelo de extração mineral. As empresas utilizam diversos artifícios disponíveis para cooptar, para seduzir as pessoas em relação ao que elas precisam. Então, o mais interessante seria ouvir o que as pessoas dessas comunidades querem, e os jovens que eu entrevistei me falaram que o que eles querem é emprego, uma vida melhor. Por isto que eu penso que não podemos cair na retórica de só falar da pobreza econômica da região, veja o exemplo do Vale do Jequitinhonha, que tem uma riqueza histórica, cultural e até ambiental tão significativa, mas tudo fica solapado pelo discurso econômico, e os problemas materiais sobrepõem a tudo mais que a comunidade detém. Neste sentido, conectar experiências seria algo muito interessante, comunidades em lugares diferentes poderiam trocar e enfrentar a ideia de um progresso linear que chega para tornar as comunidades iguais, retirando o que elas têm de singular no sentido forte do termo. O título de minha tese de

doutoramento, “Nem só de mineração vive o Mato Dentro”, vem da fala de um jovem líder da comunidade de São Sebastião do Bom Sucesso, que enfatizava as riquezas da região para além do valor mercantil da tonelada do minério de ferro.

Célia Dias: Então a gente poderia retomar a questão da justiça ambiental, que diz que todos tem direito a um ambiente saudável e digno de se viver. Até que ponto essas empresas não chegam para tirar esse direito, para destituir essas comunidades do direito de usufruir desses lugares? E eu me lembrei que você fez uma interessante jornada de estudos na Índia, que é uma realidade tão interessante. O que você trouxe para o seu objeto de estudo no Brasil?

Rafael Prosdocimi: Eu queria entender alguns determinantes históricos do Brasil e da Índia, que apesar das diferenças marcantes do ponto de vista cultural, religioso, político, têm dimensões similares, por exemplo, como os recursos naturais abundantes são usados como moeda de troca, como recurso econômico. E me chamou a atenção os processos de luta, pois eu encontrei na Índia uma comunidade indígena que recebeu uma proposta de projeto de mineração, tal como no Brasil, mas que conseguiu manter o ponto de vista da comunidade, que se reuniu e decidiu não receber o projeto, e isto foi acatado pelo governo. Então, se a comunidade consegue ter esse tipo de mobilização, é possível que ela consiga ter outras formas de resistência, e assim a cultura local consiga se impor com mais força. Minha visão, um tanto simplista, pois o problema é mais complexo, é que no Brasil a gente se apega mais à ideia de modernidade, de desenvolvimento.

Célia Dias: E também tem a questão religiosa, e de como na Índia a religião está impregnada na percepção que se tem da natureza, dos animais, dos rios, e no Brasil isto teve alguma importância com as religiões afrodescendentes, mas isto perdeu importância. Então a gente poderia falar de uma especificidade da formação social deles, que é bem diferente da nossa, sem comparar a história que é específica.

Rafael Prosdocimi: É muito difícil fazer comparações entre culturas tão diferentes. Tem um caso de uma comunidade indígena lá que recebeu a proposta de um projeto de exploração de bauxita nas montanhas do estado de Orissa, no leste da Índia, local que é o lar da tribo dos Dongria Kond, e eles recusaram o projeto. Quando foram questionados, eles perguntaram para os representantes da empresa por quanto eles venderiam Jesus Cristo, Alá. O que eles queriam dizer é que aquela montanha pra eles era sagrada, e que o sagrado era inegociável.

Célia Dias: A gente poderia retomar a noção de justiça ambiental, pois nem tudo pode ser vendido ou comprado em uma comunidade.

Rafael Prosdocimi: Certamente, por exemplo, na própria questão da educação ambiental, vale lembrar que todas as empresas que estão tocando projetos de exploração de recursos naturais fazem o que eles chamam de educação ambiental, de campanhas falando de sustentabilidade, de defesa do meio ambiente. E fazem isto de modo a cooptar crianças e jovens, com lanches, filmes, fotos, de associar proteção ambiental à permanência desses grandes empreendimentos, sem se deter nas contradições e paradoxos do processo.

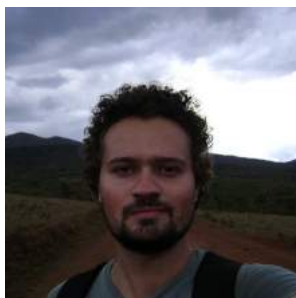
Célia Dias: Essas empresas fazem todo um discurso de sustentabilidade, mas o que elas fazem é buscar alternativas para sustentar a força do capital. Então, como palavras finais, o que você teria a nos dizer sobre as contradições do modelo atual de exploração ambiental do capitalismo; e se há esperanças de uma “boa vida” para as novas gerações?

Rafael Prosdocimi: Eu acredito que é importante deixar aparecer as contradições, e que as pessoas possam enfrentar tais contradições em um processo democrático contínuo. As situações nunca vão ser consensuais, então o mais importante seria criar espaços para a participação popular. Eu acompanhei muitas audiências públicas entre a empresa de mineração e a comunidade, e muitas vezes vinham pessoas que falavam e ficavam satisfeitas por estar ali e dizer que era a primeira vez que estavam tendo a oportunidade de falar. E isto fortalece a comunidade, independente se aquela fala vai ou não ser transformada em uma medida administrativa, em política pública, ou em uma ação da empresa. É por isto que eu acho que há esperança para as novas gerações, os jovens tem uma força discursiva significativa, então é fundamental que eles tenham direito a falar o que pensam, o que desejam. A gente tem que enfrentar a ideia de que o povo é ignorante e que alguém mais capacitado poderia falar em nome de todos, que é o que aparece inúmeras vezes nas audiências públicas. As autoridades políticas, sociais, científicas se valem de estratégias de poder para excluir grande parte do povo do processo de decisão: os mais pobres, menos instruídos formalmente, as mulheres e, certamente, as crianças e os jovens. O que observei na pesquisa com os jovens é que eles estão muito atentos ao que acontece e a participação deles, como dos outros atores excluídos, poderia fomentar modos de responsabilização mais coletiva e autônoma, minando as promessas vazias, a fantasia de desenvolvimento propalada pelos empreendedores.

Célia Dias: Quero te agradecer pela gentileza da nossa conversa e por nos trazer questões tão importantes sobre a juventude que vive nessas regiões de mineração.

Rafael Prosdocimi: Eu que agradeço a DESidades pela oportunidade.

PALAVRAS-CHAVE: conflitos ambientais, juventude, mineração, participação política.



Rafael Prosdocimi Bacelar

Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor no Centro Universitário UNA e na Faculdade Pitágoras, Minas Gerais, Brasil. Desenvolve trabalhos e pesquisas sobre saúde coletiva, movimentos sociais, ação política, juventude e conflitos socioambientais.

E-mail: rafaelpros@gmail.com



Célia Regina da Silva Dias

Doutora em Geografia pela Universidade Federal Fluminense. Professora na Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, Brasil. Desenvolve trabalhos e pesquisas sobre Geografia agrária, planejamento ambiental, recursos naturais, política florestal e história florestal comparada.

E-mail: celiarsdias@gmail.com

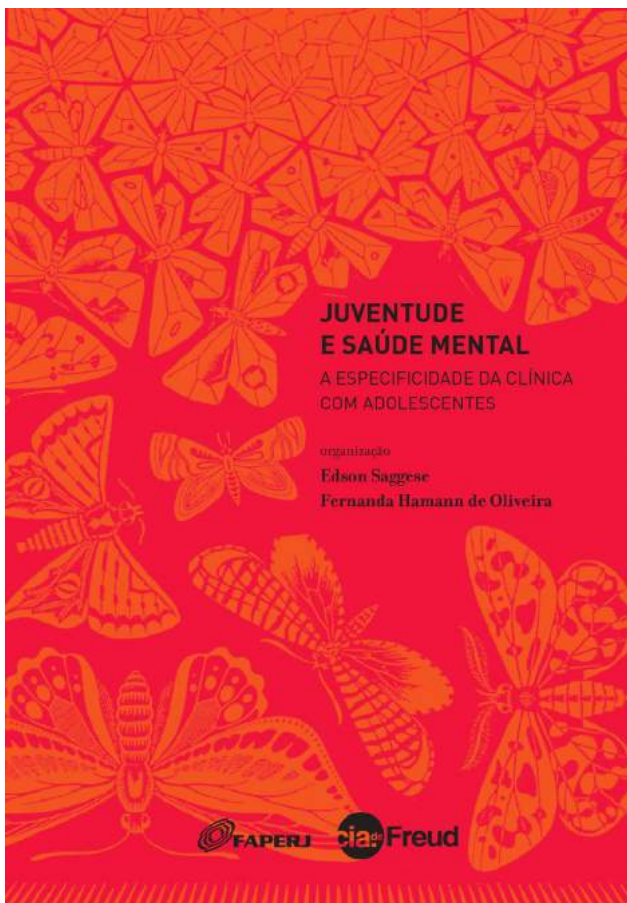
Juventude e saúde mental: a especificidade da clínica com adolescentes

de Edson Saggese e Fernanda Hamann de Oliveira (Org.)

RESENHA POR

Diana Dadoorian

Psicanálise, adolescência e saúde mental: um diálogo possível.



Nas últimas décadas, o campo das psicopatologias vem dando mais visibilidade para as questões da adolescência, onde as dificuldades dos adolescentes são consideradas problemas de saúde pública. Os dados da OMS (Organização Mundial da Saúde) apontam que até o ano de 2020 os transtornos neuropsiquiátricos na infância e na adolescência tendem a crescer em todo o mundo acima de 50%, tornando-se uma das cinco causas mais comuns de adoecimento e mortalidade nessa faixa etária (Saggese, Oliveira, Teixeira, 2013).

Nesse panorama, “Juventude e saúde mental” se destaca por colocar em pauta questões atuais que discutem a delicada articulação entre adolescência e saúde mental. Esta obra traz contribuições que problematizam as concepções tradicionais sobre este tema e nos lança o desafio de pensar outros paradigmas sobre a relação entre juventude e saúde mental na contemporaneidade. Desta forma, nos é ofertada a reflexão sobre uma clínica com adolescentes, marcada por um olhar complexo, transdisciplinar e, sobretudo, ético, pois se refere à política de um fazer clínico que leva em conta o desejo, onde as características do processo de adolecer podem ser colocadas em cena.

O grupo de autores reunidos nesta obra nos oferece uma interlocução marcada pela excelente qualificação que possuem nas suas áreas de trabalho, com uma importante trajetória profissional e científica no campo da saúde mental com adolescentes. Cabe ressaltar a clareza da escrita dos textos apresentados.

“Juventude e saúde mental” reúne artigos produzidos em dois diferentes contextos. O primeiro se refere ao seminário “A clínica com adolescentes na rede de saúde mental”, realizado em Niterói em abril de 2013 e que contou com a participação de profissionais da rede niteroiense e do Proadolescer, grupo de pesquisa e assistência do IPUB/UFRJ (Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro), que, durante três anos, desenvolveu uma pesquisa/ação junto a essa rede. O segundo refere-se ao “I Simpósio Brasil/Moçambique de Saúde Mental de Adolescentes”, realizado em Maputo em maio de 2013, com a participação do Proadolescer e da Associação de Psicólogos de Moçambique. Nesses dois encontros, as questões exploradas e que nos são apresentadas nesta obra tem como fio condutor duas importantes interrogações: existe uma clínica específica com adolescentes? E, quais seriam suas características?

Saggese (2015a) desenvolve dois pontos centrais da obra: a relação entre juventude e saúde mental e a especificidade da clínica com adolescentes. Com relação ao primeiro, este autor aponta o desafio de ser adolescente no mundo pós-tradicional, onde a adolescência aparece como um período de indefinição, ao contrário das sociedades tradicionais, que ofereciam ritos de passagem, os quais auxiliavam o adolescente a ingressar no mundo adulto. Processo este que se desenvolve em um mundo em que, como diz Giddens, “oportunidade e perigo estão equilibrados em igual medida” (Saggese, 2015a, p. 10). Saggese (Ibid.) diz que essas são as bases para se pensar a articulação entre juventude e saúde mental.

A partir dessas reflexões, a questão da especificidade da clínica com adolescentes é desenvolvida. Vivemos atualmente uma situação de psiquiatrização da vida, o que é expresso no crescente aumento dos códigos classificatórios dos transtornos mentais (Saggese; Oliveira; Teixeira, 2013). Essas questões se refletem diretamente na clínica, pois, como descreve Saggese (2015a; 2015b), o momento atual é de preponderância da psiquiatria biomédica, a qual prioriza as intervenções estritamente médicas, terapias baseadas em fármacos e internações hospitalares supostamente eficazes, em detrimento de um olhar mais amplo do campo da saúde mental, que incluía uma visão do sintoma como o resultado de um conflito psíquico. Nesse sentido, o autor nos desafia a pensar um “limite” para a atuação psiquiátrica na clínica da adolescência.

“Existe uma dor incontornável no processo de adolescer, processo esse que não pode ser cancelado por psicofármacos” (Saggese, 2015a, p. 10). Saggese (2015b) complementa essa ideia dizendo que “a adolescência, enquanto fenômeno sociocultural, não pode ser tratada como uma patologia. O que não é a mesma coisa que dizer que não existe fenômeno francamente patológico na adolescência” (p. 21).

A especificidade da clínica com adolescentes é então desenvolvida na sua complexidade, o que leva Saggese (2015b) a desdobrá-la em três aspectos principais: a clínica psiquiátrica,

a clínica da família e a clínica psicanalítica. Esta abordagem exemplifica a proposta do Proadolescer (Programa Ambulatorial para Adolescentes de Risco) do IPUB/UFRJ, que desenvolveu uma “estratégia de atenção aos adolescentes com formas graves de sofrimento psíquico, reunindo um conjunto de cuidados que incluem a psicanálise, a psicofarmacoterapia, a terapia de família e ações reabilitativas e sociais” (Saggese, 2013, p.8). A originalidade deste enfoque está no fato de que essas intervenções são utilizadas de forma integrada, com o objetivo de se evitar a entrada do jovem num processo de cronificação e de isolamento social, comprometendo seu futuro (Ibid.).

Na realidade, a proposta de trabalho do Proadolescer, isto é, “convidar o sujeito a falar daquilo que lhe produz mal-estar ao invés de obturar o sintoma” (Saggese, 2015a, p.14), é amplamente desenvolvida por todos os autores desta obra e aparece como ponto de partida para o entendimento e a construção de projetos terapêuticos com os adolescentes, seja no trabalho ambulatorial, como na emergência e na internação psiquiátrica, no CAPSi (Centro de Atenção Psicossocial da Infância e Adolescência), ou ainda nas oficinas terapêuticas.

“Juventude e saúde mental” coloca-nos assim diante de uma questão da atualidade: a importância em realizarmos mudanças na clínica tradicional, através de uma abertura para a psicanálise em diálogo com a psiquiatria, abertura esta que se encontra enfraquecida atualmente. Portanto, as reflexões e questionamentos teórico-clínicos apresentados nos diversos trabalhos relatados ao longo deste livro nos mostram que esta parceria entre a psicanálise e outros saberes se trata de algo possível, pois promove mudanças significativas na vida dos jovens atendidos.

A noção de clínica também traz em si outra questão, pois com a introdução do conceito de “rede de saúde mental”, ela se mescla com ações de natureza administrativa e política. O ponto sensível neste caso é o risco, em determinadas situações, de que o peso de determinadas ações político-administrativas leve a clínica a perder a sua importância (Saggese, 2015b). O conceito de “rede” que nos é apresentado nesta obra associa as políticas públicas ao cuidar, pois como nos relata Thimoteo e Barbosa (2015), “achamos importante participar da rede como um lugar que acolhe... e que cuida para que as internações aconteçam nos lugares apropriados a cada caso, sem respondermos apenas às exigências que as urgências nos colocam” (p. 52). Solberg (2015) acrescenta que rede também é aquela criada entre profissionais, que compartilham a responsabilidade de falar e também de ouvir, quando se discute um caso clínico.

A psicanálise, na sua articulação com a psiquiatria, a terapia de família e outras áreas do saber é, então, o instrumento de leitura por excelência de uma prática clínica complexa e singular, como será demonstrado nos demais capítulos desta obra, onde serão exploradas situações específicas que a clínica com adolescentes nos convoca, cujo ponto central é criar condições para escutar e cuidar do adolescente e de sua família.

Em “Juventude e saúde mental”, o capítulo assinado por Oliveira e Ferraz amplia o debate inicial sobre as questões que particularizam a clínica com adolescentes e discorre

sobre três aspectos centrais: o manejo transferencial do adolescente, a evolução do seu tratamento e a demanda dos pais.

Os impasses na prática psiquiátrica com adolescentes é tema desenvolvido nesta obra no capítulo de autoria de Milo, onde o desafio do diagnóstico na adolescência se apresenta associado às particularidades do processo de adolecer, em que o tempo é fator preponderante. Em seguida, neste mesmo livro, o capítulo assinado por Timotheo e Barbosa descreve suas experiências com relação ao atendimento ao adolescente em situações de emergência psiquiátrica, tema que é ampliado no capítulo escrito por Oliveira, que aborda a questão da internação psiquiátrica de adolescentes, onde essas questões se articulam a uma política de saúde mental que priorize o trabalho em rede.

Em “Juventude e saúde mental”, o artigo de Solberg, assim como o artigo de Teixeira e Alves, nos falam da importância de se abrir um espaço de escuta aos pacientes adolescentes na rede de saúde mental, em que essa escuta abranja não só o indivíduo, mas também seu contexto sociofamiliar, o que amplia as possibilidades de intervenção, provocando uma diminuição de muitas demandas de psiquiatrização. Nesse sentido, o capítulo assinado por Weck nesta mesma obra, descreve as oficinas terapêuticas para adolescentes e amplia a relação entre o aspecto individual e grupal, mostrando a importância dessa modalidade de trabalho em grupo para o desenvolvimento individual de cada adolescente.

A delicada relação entre loucura e marginalidade, questão frequente na realidade brasileira e os impasses que a clínica revela diante dessa situação também foi tema de estudo em “Juventude e saúde mental”, no capítulo assinado por Sá e Oliveira. O caso clínico apresentado fala de uma clínica “a se inventar”, cujas propostas terapêuticas são cuidadosamente pensadas e articuladas entre os diversos serviços da rede de saúde mental.

O estudo sobre o abuso e dependência de substâncias na adolescência é desenvolvido em dois artigos desta obra, o primeiro assinado por Fernandes e o segundo de autoria de D’Assunção e Barbeito. Estes autores demonstram que essa questão tem por base um grave processo de desfiliação e fragilização dos laços sociais na sociedade brasileira; questionam os tratamentos tradicionais comumente desenvolvidos nestas situações e é demonstrada a importância de uma escuta singular a esses pacientes, condição necessária para se propor cuidados que os ajudem de forma mais profunda.

O modo de trabalho do Proadolecer é exemplificado no relato de dois casos clínicos em “Juventude e saúde mental”. O primeiro, de autoria de Saggese, Teixeira e Silva, a respeito de um caso de neurose obsessiva e o segundo, escrito por Drubscky, acerca da questão da bulimia. Nesta mesma obra, Teixeira e Silva, por sua vez, descrevem, em outro capítulo, o tempo da transferência na clínica do Proadolecer. O último artigo deste livro, escrito por Silva, trata das particularidades da supervisão de atendimentos a adolescentes.

O relato da diversidade de trabalhos com adolescentes na rede de saúde mental que é apresentado nesta obra, tendo por base a psicanálise, nos aponta a questão da utilização

da psicanálise “extra muros”. Após Freud, os psicanalistas se debruçaram sobre novos objetos: a criança, o adolescente, a psicose, a família, o grupo, a instituição e expandiram o campo da psicanálise, a partir das novas configurações do sofrimento humano que ela aborda.

Em “Juventude e saúde mental”, é a maleabilidade das propostas de trabalho oferecidas pelos diversos profissionais ao adolescente e sua família, mas também as equipes clínicas das instituições, o que melhor aponta as qualidades necessárias para a psicanálise acolher os desafios clínicos e epistemológicos da contemporaneidade. Trata-se assim, de leitura fundamental aos profissionais que tem na juventude o seu objeto de estudo e de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SAGGESE, E. Prefácio. In: SAGGESE, E.; OLIVEIRA, F. H.; TEIXEIRA, S. B. S. (Org.). **Proadolescer: pesquisa e clínica com adolescentes na Rede de saúde mental**. Rio de Janeiro: 7 LETRAS, 2013. p. 7-13.

SAGGESE, E.; OLIVEIRA, F. H. (Org.). Juventude e Saúde Mental: a especificidade da clínica com adolescentes. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2015.

SAGGESE, E. Apresentação. In: SAGGESE, E.; OLIVEIRA, F. H. (Org.). **Juventude e Saúde Mental: a especificidade da clínica com adolescentes**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2015a. p. 9-16.

SAGGESE, E. Existe uma clínica específica com adolescentes?. In: SAGGESE, E.; OLIVEIRA, F. H. (Org.). **Juventude e Saúde Mental: a especificidade da clínica com adolescentes**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2015b. p. 17-30.

SAGGESE, E.; OLIVEIRA, F. H.; TEIXEIRA, S. B. S. (Org.). **Proadolescer: pesquisa e clínica com adolescentes na Rede de saúde mental**. Rio de Janeiro: 7 LETRAS, 2013.

SOLBERG, M. C. Notas sobre o trabalho de atendimento aos adolescentes em ambulatórios. In: SAGGESE, E.; OLIVEIRA, F. H. (Org.). **Juventude e Saúde Mental: a especificidade da clínica com adolescentes**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2015. p. 63-67.

THIMOTEO, L.; BARBOSA, D. R. O atendimento ao adolescente numa emergência. In: SAGGESE, E.; OLIVEIRA, F. H. (Org.). **Juventude e Saúde Mental: a especificidade da clínica com adolescentes**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2015. p. 47-52.

PALAVRAS-CHAVE: psicanálise, saúde mental, juventude.

DATA DE RECEBIMENTO: 18/02/2016

DATA DE APROVAÇÃO: 23/02/2016

Diana Dadoorian

Psicanalista do Círculo Psicanalítico - Rio de Janeiro.
Coordenadora Adjunta da Pós-Graduação ‘Lato Sensu’ em Psiquiatria e Psicanálise com Crianças e Adolescentes – Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPUB/UFRJ). Coordenadora do Grupo de Pesquisa “A clínica contemporânea com crianças e adolescentes” - UFRJ.

E-mail: d.dadoorian@gmail.com

Hacerse un lugar:

circuitos y trayectorias juveniles en ámbitos urbanos,
de Mariana Chaves e Ramiro Segura (Edits.)

RESENHA POR

Natalia Gavazzo

De perto e de dentro:

esforços comparativos e compromisso de uma
equipe de pesquisa sobre jovens nas cidades.



HACERSE UN LUGAR

Circuitos y trayectorias juveniles
en ámbitos urbanos

Editorial Biblos
Investigaciones y ensayos

Tal como declarado na Introdução, o objetivo do livro editado por Chaves e Segura é construir um olhar antropológico sobre práticas juvenis na cidade. Para isso, partem de dois campos inter-relacionados: os estudos sobre juventudes e os estudos urbanos. Quanto aos primeiros, o livro propõe diversas formas de definir a (s) juventude (s), explorando as variáveis etária, geracional-genealógica e, inclusive, sociopolítica, evidenciando que a idade é um fator influente na construção de relações, disputas e espaços sociais nas cidades. Com respeito aos segundos, o livro coloca algumas considerações da antropologia urbana, focalizando os usos de espaços públicos em relação à visibilidade ou invisibilidade de certos grupos, os significados que os territórios vão adquirindo ao longo da história e as diferenças e desigualdades sobre as quais se estruturam as relações entre os que habitam esses espaços. Essas ideias são consideradas à luz de diversos casos empíricos que provêm de duas cidades importantes da Argentina, Buenos Aires e La Plata, que não são simplesmente “contexto” ou “pano de fundo” do que se analisa, mas são construídas como resultado das interações particulares dos jovens que nelas moram e crescem.

Porém, além da sua relevância temática, um dos maiores méritos do livro é que se trata de um trabalho coletivo, resultado de um esforço conjunto, por parte de uma equipe de investigação, formada por antropólogos e antropólogas, que trabalham há vários anos. Porque, - longe de ser uma simples compilação de textos surgidos de pesquisas individuais - constitui um desafio de escrita conjunta e de análise comparativa sem muitos precedentes. Os autores que escrevem cada capítulo se propõem a fazer dialogar entre si suas ideias, dados, campos e conceitos, em torno de um eixo identificado como comum. As comparações surgem tanto de seus enfoques como das realidades que descrevem e analisam. Assim, o livro propõe uma opção epistemológica e metodológica que cumpre com eficácia e, graças ao esforço colaborativo dos autores, exibe uma unicidade e coerência bastante maior à de grande parte das publicações de equipes de pesquisa, ao menos, no âmbito da antropologia. É justamente essa meta comparativa (que a antropologia contemporânea, em muitos casos, parece ter abandonado) o que o livro recupera e atualiza. E, como o faz desde uma perspectiva etnográfica, analisa “de perto e de dentro”, os pontos de vista de diversos grupos de jovens que o protagonizam.

Já no primeiro capítulo do livro, Bergé, Infantino e Mora examinam práticas de três grupos de jovens, com origens e tradições fundacionais muito diferentes, como o punk, o break dance e o circo. Essas práticas têm potencialidades políticas que servem às autoras para apresentar a arte como ferramenta entre a reprodução e a transformação, entre a hegemonia e a crítica contestatária. Assim mesmo, oferecem chaves para compreender usos do tempo e espaço em disputa, que são explicados em termos de relações de poder concretas. Punks e circenses de Buenos Aires e La Plata evidenciam que as práticas artísticas – musicais, de dança e teatrais - podem ser usadas, não só para construir diferenças, senão também para denunciar desigualdades, ao mesmo tempo em que produzem espaços, circuitos e grupos nas cidades. Aparecer, dançar e atuar implica ocupar espaços públicos para “ser vistos” e assumir assim lógicas de relações sociais associadas a modos de ser, de mostrar (-se) e agrupar-se, próprios dos jovens nas cidades. As autoras definem essas práticas como “artístico-estéticas-políticas”, já que questionam concepções hegemônicas do que é considerado música, dança e teatro e rompem com os espaços consagrados para a arte e – assim – com sua reprodução social. Trata-se de produções artísticas autodirigidas e independentes que, num contexto de mercantilização da cultura, desafiam a visão normativa e adultocêntrica do que deve ser a política e a participação.

Assim, Bover e Fuentes, em outro capítulo do livro, analisam os percursos e trajetórias urbanas de dois grupos de jovens também muito distintos: “as moças do CUBA”, como chamam às jovens de classe média alta de um bairro do norte do Gran Buenos Aires, e os que ingressam à Polícia Federal Argentina, principalmente dos setores populares do sul e oeste da Cidade de Buenos Aires. Examinam suas posições de classe, em função da construção de relações, deslocamentos pelo espaço, circuitos e “pedaços” (termo que retomam de Magnani, o qual conclui o livro). Suas diferentes posições determinam moralidades e territórios que – tal como afirmam – estão “em jogo” em cada caso. A moralidade se converte em diacrítico diferenciador e em chave para a construção de

sentidos de comunidade e, assim, de campos de sociabilidade. Assim mesmo, implicam práticas territorializadas hierarquizadas, que influem na construção de corporeidades em que “ser da zona norte”, “ser da zona sul” ou “ser da zona oeste” demonstra que territorialização e diferença moral se articulam inexoravelmente. O espaço penetra tanto os corpos como os atores, e os lugares que habitam e por onde circulam em seus percursos cotidianos, não só vão acumulando significados, mas viram moralizantes, enquanto estão carregados de valores.

Por sua vez, Galimberti e Segura retomam a dicotomia centro-periferia para observar os modos dominantes de regulação da cidade, especialmente dos usos do espaço público urbano que realizam os jovens dos bairros populares de La Plata. Focalizam-se os conflitos em torno dos usos do espaço mais visível da cidade, a Plaza San Martín, a partir de um fato que definem como “traumático” (a repressão sofrida pelos jovens da “periferia” ao ingressarem ao “centro”). Analisa tanto a perspectiva dos jovens como a de uma organização criada para a defesa dos direitos das crianças na rua e, inclusive, dos meios massivos de comunicação. Essa análise traz luz sobre as lógicas de inclusão e exclusão desses jovens, e ao mesmo tempo, aporta aos debates em torno à juventude, a insegurança e o acesso à cidade. No contexto do debate sobre a redução da idade de imputabilidade (que os afeta, principalmente a eles), o estigma, o maltrato e a perseguição policial que muitos desses jovens periféricos enfrentam diariamente provoca a auto-exclusão do centro, o que, ou bem invisibiliza sua existência (porque os reclusos ao bairro), ou a visibiliza de modo conflitante (porque estão “fora de lugar”). O “direito ao anonimato” que parece corresponder-lhes, como denominam os autores, implica que a simples presença desses jovens periféricos no centro desafia as lógicas e usos legítimos da cidade.

Em seguida, Fajardo e Giorgetti analisam a noção de “bairro” e “território” que elaboram os membros de um movimento social, neste caso os jovens do FPDS (Frente Popular Darío Santillán), que toma seu nome de um jovem assassinado pela polícia durante um protesto em 2002. Como descrevem, surge como resposta à destruição do Estado de bem-estar e a consequente reclusão nos bairros que tal destruição tem implicado para as famílias menos favorecidas. Comparam dois bairros onde trabalha o movimento: Lanús, Gran Buenos Aires e Berisso, Gran La Plata, ambos sedes de fábricas surgidas nas décadas dos 30 e 40 e testemunhas do surgimento de uma classe obreira. Os autores focalizam a construção de “territórios” e os sentidos sobre essa categoria - que movimentos como esse referem com frequência - que os que compõem o movimento elaboram. Buscam compreender o lugar dos jovens do movimento na transformação social buscada pelo FPDS, mediante a construção de “territórios comuns” onde “articular” ações solidárias com outros atores. Porém, os jovens disputam com eles o controle desses bairros, e muitas vezes são mais restringidos na sua ação e mais limitados no seu acesso à cidade. Os autores propõem então redefinir conceitos chave como “poder popular” e assim reavaliar o potencial do FPDS - e especialmente de suas juventudes - para disputar junto ao Estado seu espaço político.

No último capítulo, Hernández, Cingolani e Chaves estudam os modos de ver, sentir e fazer a cidade das crianças, adolescentes e jovens (NNAeJ) de um mesmo bairro da periferia urbana de La Plata. Estudam os modos como se estruturam os bairros e a pobreza desde a visão dos sujeitos e também desde a visão dos outros que interatuam com eles. Seu método é “andar pelo bairro”, já que permite compreender os modos de habitá-lo dos NNAeJ, sem cair na visão estereotipada da infância em condições de pobreza. Para isso, mostram sua cotidianidade e os circuitos que utilizam e constroem

nos âmbitos que usam, não só no “bairro”, mas inclusive dentro do lar. Assim, buscam destacar a dimensão etária da espacialidade, ou, como dizem as autoras, os “espaços com idades”, já que – junto com o território, a classe e o gênero – a espacialidade constitui um dado social e modela a experiência. A idade constrói espacialidades, tanto comuns como diferenciais, que implicam – por exemplo – que “estar na rua” seja uma característica diferencial dos NNAeJ de setores populares em comparação com outros mais favorecidos. Essa produção de “alteridades etárias” demonstra que idade e espaço se inter-relacionam numa construção recíproca modelando a experiência da infância na pobreza.

Além disso, os ganhos e desafios que o livro traz para quem se interessa por essas questões estão bem resumidos no Epílogo escrito por Magnani, coordenador do Núcleo de Antropologia Urbana da USP (Universidade de São Paulo) no Brasil, com quem esta equipe de pesquisa mantém constantes intercâmbios. Magnani destaca que a perspectiva antropológica que constroem demonstra o que o olhar etnográfico aporta desde o começo: o ponto de vista dos sujeitos. É a visão dos jovens a que protagoniza o livro, o que permite proscrever o olhar “de fora” que, frequentemente, os focaliza como um todo homogêneo. Esse é, segundo Magnani (e coincido), um dos pontos mais salientes do livro: sua ênfase em descrever e problematizar a diversidade de situações, lógicas e modos urbanos dos jovens nas cidades “de perto e de dentro”. Uma heterogeneidade de práticas juvenis que, não obstante, têm em comum o fato de estarem marcadas pela segregação e desigualdade. Daí a importância de uma análise antropológica preocupada pela diferença no contexto de relações de poder, que não só focaliza o caos e a fragmentação, senão também situações de intercâmbio e formas de associação e solidariedade em torno do bem comum. Uma análise comparativa das diversidades que, embora desafiem nossa capacidade de generalizar, dão conta das múltiplas e irredutíveis experiências de “ser jovem” nas cidades. A comparação ajuda aqui a organizar essa heterogeneidade, a compreender algumas regularidades, porém também os limites que temos para dar explicações simplificadas dos fenômenos sociais que analisamos. Comparações como as realizadas neste livro constituem um desafio que seria interessante ver continuado em outros livros que – independentemente de sua temática - pretendam ser mais do que uma coleção de pesquisas individuais. Distintos trabalhos de investigação, bairros, juventudes, cidades, percursos, moralidades, enfoques, estéticas, territórios e apropriações de espaços falam numa polifonia de vozes que se harmonizam na busca de um conhecimento para melhorar tanto a compreensão de numerosos processos sociais, como da transformação de uma sociedade injusta e desigual.

Em relação a isso, há outro aspecto destacável do livro: a equipe de pesquisadores claramente entende que sua atividade acadêmica, longe de perder valor, vê-se robustecida pelo compromisso social e político com os sujeitos com os quais trabalham. Assim, vemos como combinam suas tarefas de pesquisa com outras atividades realizadas e planejadas conjuntamente com grupos e organizações sociais muito diversas. Algumas dessas ações se vinculam com projetos de extensão universitária

desenvolvidos mediante uma metodologia de pesquisa-ação participativa, que embora conte com alguma tradição dentro da antropologia, esta última não termina de incorporá-la como “desejável”. Contudo, é este compromisso o que permite afirmar as potencialidades – ainda inexploradas – de coproduzir conhecimento e, ao mesmo tempo, usá-lo para a construção de uma sociedade mais equitativa, que não desvalorize suas juventudes. Trata-se de uma forma de prática profissional que, sem pretender dar soluções radicais, preocupa-se por estabelecer relações mais igualitárias com os sujeitos (neste caso os jovens), por conhecê-los antes de preestabelecer modelos arbitrários para seu “tratamento”, e por “andar na cidade” com eles, em vez de tratá-los como simples fontes de dados. Este livro consegue evidenciar que é possível, e – mais ainda – potencialmente esclarecedor, estabelecer um diálogo entre saberes acadêmicos e outros alheios à academia, derivados da experiência dos jovens. E assumir compromisso frente às desigualdades observadas nas cidades, onde – de múltiplas formas, como as analisadas neste livro – tanto os autores, como as crianças e jovens com os quais trabalham, procuram “fazer-se um lugar”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAVES, M.; SEGURA, R. (Edits.). *Hacerse un lugar: circuitos y trayectorias juveniles en ámbitos urbanos*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2015.

PALAVRAS-CHAVE: antropologia, juventudes, cidade.

DATA DE RECEBIMENTO: 29/01/2016

DATA DE APROVAÇÃO: 22/02/2016

Natalia Gavazzo

Doutora em Antropologia (Universidad de Buenos Aires, Argentina). Professora e Investigadora Assistente do CONICET na Universidad Nacional de San Martín, Argentina.

E-mail: navegazzo@yahoo.com

Levantamento Bibliográfico

Nesta seção, apresentamos o levantamento bibliográfico dos livros publicados na área das ciências humanas e sociais dos países da América Latina sobre infância e juventude. O levantamento contemplou obras publicadas no período de Novembro de 2015 à Março de 2016 cujas informações puderam ser obtidas nos sites de suas respectivas editoras.

- 1 A criatividade na arte e na educação escolar: uma contribuição à pedagogia histórico-crítica à luz de Georg Lukács e Lev Vigotski**
(ISBN 978-85-7496-361-7)
Autora: Maria Cláudia da Silva Saccomani
Editora: Autores Associados, Campinas, 240 páginas.
- 2 Actores, redes y desafíos. Juventudes e infancias en América Latina**
(ISBN 978-607-479-185-3)
Coordenadores: Alberto Hernández Hernández y Amalia E. Campos-Delgado.
Editora: CLACSO, Buenos Aires, 409 páginas.
- 3 A educação escolar em um mundo complexo e multicultural**
(ISBN 978-85-419-0186-4)
Autores: Celso José Martinazzo, Manuel Gonçalves Barbosa e Óberson Isac Dresch
Editora: UNIJUÍ, Ijuí, 192 páginas.
- 4 A infância medicalizada: discursos, práticas e saberes para o enfrentamento da medicalização da vida**
(ISBN 978-85-444-0674-8)
Autora: Jurema Barros Dantas
Editora: CRV, Curitiba, 304 páginas.
- 5 Alimentação escolar: construindo interfaces entre saúde, educação e desenvolvimento**
(ISBN 978-85-7897-159-5)
Autoras: Carla Rosane Paz Arruda Teo e Rozane Marcia Triches
Editora: Argos, Chapecó, 411 páginas.
- 6 Análisis de las prácticas docentes desde la didáctica profesional**
(ISBN 9789873805134)
Autoras: Ana Pereyra, Patricia Moscato, Liliana Calderón y María Inés Oviedo
Editora: UNIPE Editorial Universitaria, La Plata, 65 páginas.
- 7 Autismo e inclusão escolar: percursos, desafios, possibilidades**
(ISBN 978-85-444-0663-2)
Organizadora: Ivone Martins de Oliveira
Editora: CRV, Curitiba, 170 páginas.

- 8 Conceitos e percursos da Educação sob diferentes olhares**
(ISBN 9788571778962)
Organizadora: Maria Inéz Oliveira Araújo
Editora: EDUFAL, Maceió, 256 páginas.
- 9 Conocer, prevenir y actuar. Adolescentes ante la salud y los derechos sexuales y reproductivos en Paraguay**
(ISBN 978-99967-745-1-5)
Autores: Patricio Dobrée, Myrian González y Clyde Soto
Editora: CDE, Assunção, 168 páginas.
- 10 Crianças, adolescentes e crack: desafios para o cuidado**
(ISBN 978-85-7541-471-2)
Autora: Simone Gonçalves de Assis
Editora: Fiocruz, Rio de Janeiro, 402 páginas.
- 11 Cultura escolar e cultura da escola: produção e reprodução**
(ISBN 978-85-444-0666-3)
Autora: Flaviana Demenech
Editora: CRV, Curitiba, 180 páginas.
- 12 Direitos humanos e juventude: estudos em homenagem ao bicentenário de Dom Bosco**
(ISBN 978-85-444-0749-2)
Organizadoras: Grasielle Augusta Ferreira Nascimento, Maria Aparecida Alkimin Daisy e Rafaela da Silva
Editora: CRV, Curitiba, 190 páginas.
- 13 Educação e contemporaneidade: contextos e singularidades - vol. 2**
(ISBN 978-85-444-0555-0)
Organizadores: Arnaud Soares de Lima Junior e Dídima Maria de Mello Andrade
Editora: CRV, Curitiba, 226 páginas.
- 14 Educação e Psicologia: mediações possíveis em tempo de inclusão**
(ISBN 978-85-444-0605-2)
Organizadores: Juliana Eugênia Caixeta, Maria do Amparo Sousa e Paulo França Santos
Editora: CRV, Curitiba, 304 páginas.
- 15 Educación en Rapa Nui. Sociedad y escolarización en Isla de Pascua 1914-2014**
(ISBN 978-956-357-052-6)
Autor : Javier Corvalan
Editora : Ediciones Facultad de Filosofía y Humanidades, Santiago, 208 páginas.
- 16 Educación, pueblos indígenas y migrantes. Reflexiones desde México, Brasil, Bolivia, Argentina y España**
(ISBN 9789876913324)
Autoras: Gabriela Novaro, Ana Padawer y Ana C. Hecht
Editora: Editorial Biblos, Buenos Aires, 396 páginas.

- 17 *Elites regionais e escola pública primária***
(ISBN 978-85-444-0685-4)
Organizadores: Cesar Augusto Eugenio e Mauro Castilho Gonçalves
Editora: CRV, Curitiba, 258 páginas.
- 18 *El sistema es antinosotros. Culturas, movimientos y resistencia juveniles***
(ISBN 978-607-479-186-0)
Coordinador: José Manuel Valenzuela Arce
Editora: Gedisa Editorial, Tijuana, 505 páginas.
- 19 *Jóvenes en movimientos. Experiencias y sentidos de las movilizaciones en la América Latina contemporánea***
(ISBN 78-987-722-172-5)
Coordinadora: Fabiana Espíndola Ferrer
Editora: CLACSO, Buenos Aires, 317 páginas.
- 20 *Juventude e pensamento conservador no Brasil***
(ISBN 978-85-283-0505-0)
Autora: Katya Mitsuko Zuquim Braghini
Editora: EDUC, São Paulo, 294 páginas.
- 21 *La cara oculta del baby fútbol***
(ISBN 9789974498143)
Autor: Jorge Alejandro Señorans San Martín
Editora: Fin de Siglo, Montevideo, 176 páginas.
- 22 *Las condiciones de la participación social en la educación. Alcances y límites***
(ISBN 978-607-7775-85-0)
Autor: Marcos Jacobo Estrada Ruiz
Editora: El Colegio de Sonora y Juan Pablos Editor, S.A., Hermosillo, 327 páginas.
- 23 *Memórias-testemunho de educadores: contribuições da educação popular à educação de jovens e adultos***
(ISBN 978-85-444-0762-2)
Autora: Maria Clarisse Vieira
Editora: CRV, Curitiba, 254 páginas.
- 24 *Mídias na educação: práticas formativas e trabalho docente***
(ISBN 978-85-444-0696-0)
Autora: Ariádne Joseane Félix Quintela
Editora: CRV, Curitiba, 152 páginas.
- 25 *Os estudos de gênero na educação básica: intervenção pedagógica na formação docente***
(ISBN 978-85-444-0670-0)
Autora: Fabiane Freire França
Editora: CRV, Curitiba, 160 páginas.

- 26 O professor mediador no contexto da prevenção de violência em ambiente escolar**
(ISBN 978-85-444-0728-8)
Autoras: Cláudia Aparecida Sorgon Scotuzzi e Joyce Mary Adam
Editora: CRV, Curitiba, 194 páginas.
- 27 Práticas de discriminação racial nos anos iniciais do ensino fundamental: sentidos de professoras**
(ISBN 978-85-444-0594-9)
Autora: Aline Oliveira Ramos
Editora: CRV, Curitiba, 108 páginas.
- 28 Psicología y cultura de los adolescentes**
(ISBN 978-987-1925-47-6)
Autores: José A. Yuni y Claudio A. Urbano
Editora: Editorial Brujas, Córdoba, 194 páginas.
- 29 Representações sociais e evasão em espaços educacionais não escolares**
(ISBN 978-85-444-0766-0)
Autor: Arthur Vianna Ferreira
Editora: CRV, Curitiba, 130 páginas.
- 30 Se beber não dirija: representações, juventude e publicidade de bebidas alcoólicas**
(ISBN 978-85-65608-26-8)
Autora: Luci Mara Bertoni
Editora: Edições Uesb, Vitória da Conquista, 95 páginas.
- 31 Sexualidade infantil e intimidade: diálogos winnicottianos**
(ISBN 9788576174318)
Autora: Ana Lila Lejarraga
Editora: Garamond, Rio de Janeiro, 160 páginas.
- 32 Silêncios e barulhos juvenis latino-americanos - Na travessia da história**
(ISBN 9788574317298)
Autor: Hilario Dick
Editora: UNISINOS, São Leopoldo, 224 páginas.
- 33 Socialización escolar. Procesos, experiencias y trayectos**
(ISBN 978-9978-10-209-1)
Coordenadores: René Unda Lara, Liliana Mayer y Daniel Llanos Erazo.
Editora: CLACSO, Quito, 310 páginas.
- 34 Solo zapatillas de marca. Jóvenes limeños y los límites de la inclusión desde el mercado**
(ISBN 9789972515576)
Autoras: Francesca Uccelli y Mariel García Llorens
Editora: Instituto de Estudios Peruanos, Lima, 430 páginas.

- 35 *Subjetivaciones políticas y pensamiento de la diferencia***
(ISBN 978-958-20-1187-1)
Autora: Claudia Piedrahita Echandía
Editora: CLACSO, Bogotá, 101 páginas.
- 36 *Trabajando con menores vulnerables: actividades lúdicas que mejoran la comunicación***
(ISBN 9788427721210)
Autoras: Audrey Tait y Helen Wosu
Editora: NARCEA, Cidade do México, 208 páginas.
- 37 *Uma visão sobre a criança e adolescente em situação de vulnerabilidade social: um estudo de caso a partir da experiência socioeducativa na Pastoral do Menor, do município de Abaetetuba, Pará - PA***
(ISBN 978-85-444-0715-8)
Autora: Regina da Conceição Vilhena Ferreira
Editora: CRV, Curitiba, 140 páginas.
- 38 *Um fazer para alimentar a alma: uma etnografia das práticas juvenis em um bairro da cidade de Salvador***
(ISBN 978-85-232-1447-0)
Autora: Adriana Miranda Pimentel
Editora: EDUFBA, 280 páginas.
- 39 *Un mundo sin adultos***
(ISBN 9789873752391)
Autor: Mariano Narodowski
Editora: Sudamericana, Montevideo, 224 páginas.

Normas para todas as seções

1. Os artigos, entrevistas ou resenhas serão submetidos, em português ou espanhol, ao Conselho Editorial ao qual cabe a responsabilidade do processo editorial dos manuscritos. A submissão é feita no [site da DESIDADES, no portal de periódicos da UFRJ](#), seguindo as orientações disponibilizadas.
2. O Conselho Editorial fará uso de consultores ad hoc, que, de forma cega, avaliarão os artigos e farão recomendações em relação à sua publicação ou não. O Conselho Editorial se reserva o direito de propor modificações que venham a contribuir com a clareza do texto.
3. Serão aceitos apenas artigos, entrevistas e resenhas inéditos.
4. Uma vez que a submissão tenha sido aprovada para publicação, sua versão para o espanhol, ou para o português, conforme o caso, será solicitada aos autores, que terão um prazo determinado para enviá-la.
5. Todos os artigos, entrevistas ou resenhas enviados para submissão deverão estar como documento Word, em extensão “.doc” ou “.docx”, fonte Arial 11, espaço duplo.
6. Autoras e autores deverão enviar junto com o manuscrito informações curriculares de 3 linhas no máximo, incluindo titulação e afiliação institucional. No caso de submissão de entrevista, devem ser enviadas as informações curriculares do (a) entrevistador (a) e do (a) entrevistado (a).
7. As referências bibliográficas devem ser apresentadas em ordem alfabética ao final do texto e se pautarem pelas normas ABNT (NBR 6023, 2002).

Exemplos de casos mais comuns:

LIVRO COM UM AUTOR

CASTRO, L. C. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 12. ed. São Paulo: Global, 2012.

LIVRO COM DOIS OU TRÊS AUTORES

CASTRO, L. R.; CORREA, J. **Mostrando a Real: um retrato da juventude pobre do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: NAU Editora; FAPERJ, 2005.

Nas referências de até três autores, todos são citados, separados por ponto e vírgula. Quando ultrapassar três autores, citar somente o primeiro, seguido da expressão et al. (sem itálico).

ARTIGO DE REVISTA OU PERIÓDICO

TORRES, M. C. E.; CASTRO, L. R. Resgatando e atualizando os sentidos da autoridade: um percurso histórico. **Paidéia (USP)**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 42, p. 87-96, jan./abr. 2009.

CAPÍTULO DE LIVRO

GALINKIN, A. L.; ALMEIDA, A. M. O. Representações sociais da violência entre adolescentes e professores de classe média. In: CASTRO, L. R.; CORREA, J. (org.). **Juventude Contemporânea: perspectivas nacionais e internacionais**. Rio de Janeiro: Nau/Faperj, 2005. p. 229-232.

TESES E DISSERTAÇÕES

CORDEIRO, D. M. A. **Juventude nas sombras: escola, trabalho e moradia em territórios de precariedades**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2008.

REFERÊNCIA ELETRÔNICA

OBSERVATORIO NACIONAL DE LOS DERECHOS DEL NIÑO Y DEL ADOLESCENTE. IHA2009/2010: los hombres negros adolescentes son las principales víctimas de homicidios en Brasil. Disponível em: <http://www.obs-criancaeadolescente.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=722:iha-20092010-adolescentes-negros-do-sexo-masculino-sao-as-principais-vitimas-de-homicidios-no-brasil&catid=34:noticias&Itemid=106>. Acesso em 14 abr. 2013.

8. As citações de autores no corpo do texto e as notas de rodapé seguem as normas ABNT (NBR 10520, 2002).

- As citações literais de até três linhas são integradas ao texto, entre aspas duplas, seguidas de parênteses com sobrenome do Autor, ano da publicação e página (ex. Lima, 1999, p. 27).
- Citações com mais de três linhas devem ser destacadas no texto com recuo de 1,25, em corpo 10, espaçamento simples, com a indicação: (Autor, ano, p.).
- As remissões sem citação literal são incorporadas ao texto. Ex.: Segundo Cordeiro (2008).
- As notas de rodapé, tratando de observações, comentários e esclarecimentos feitos pelos autores, devem vir no final da página, em algarismos arábicos, devendo ter numeração única e consecutiva ao longo do texto, fonte Arial 10, espaço simples, justificado.

9. Nos casos de destaque de palavras no corpo do texto (por exemplo, palavras estrangeiras), deverão ser utilizadas aspas simples ao invés de itálico.

Normas específicas para a seção

TEMAS EM DESTAQUE

Os artigos dessa seção devem abordar criticamente algum tema ou problema que diga respeito à infância e/ou juventude no contexto latino-americano. Os artigos são voltados a um público não especialista e, neste sentido, serão privilegiadas a clareza e a simplicidade da escrita.

1. Os artigos devem ter de duas mil e quinhentas a quatro mil palavras.
2. Um resumo de aproximadamente 150 palavras deverá ser inserido no final do artigo, após as referências, seguido de 3 (três) a 5 (cinco) palavras-chave (separadas por vírgula) que abarquem a temática abordada no artigo.
3. Gráficos, tabelas e figuras: deverão ser enviados separadamente e estar sinalizados no corpo do texto, próximos aos locais de interesse. Devem estar numerados sequencialmente. Em relação às imagens, os autores devem ter assegurado os direitos de uso, cuja comprovação deve ser enviada à revista.

Normas específicas para Resenhas

As resenhas destinam-se a avaliações críticas de publicações recentes na área da infância e juventude que tenham registro no sistema ISBN.

1. As resenhas devem ter entre mil e quinhentas a duas mil palavras.
2. Uma imagem da capa do livro resenhado, em arquivo .jpg ou .tiff, resolução 300 dpi, deverá ser enviada em arquivo separado.
3. Devem ser inseridas no final do texto da resenha de 3 (três) a 5 (cinco) palavras-chave, separadas por vírgula.
4. A resenha deve conter uma ficha técnica contendo os dados da publicação: título, autor, editora, cidade, ano, número de páginas, ISBN.
5. A resenha deve ter título diferente do livro resenhado.
6. As citações e referências seguem as regras gerais, apresentadas acima. A referência do livro resenhado deve ser destacada em negrito.

Normas específicas para a seção

ESPAÇO ABERTO

Esta seção destina-se à publicação de entrevistas, escritas ou em vídeo, que versem sobre tema atual e/ou controverso na área da infância e juventude. As entrevistas devem ter o objetivo de expor a opinião do entrevistado, como também de explorar, junto com ele, a complexidade do debate sobre a questão. As entrevistas visam, sobretudo, obter pronunciamentos que estejam propensos a analisar aspectos favoráveis e desfavoráveis do tema abordado.

1. A parte inicial da entrevista deve conter uma apresentação breve do entrevistado e as razões que levaram o entrevistador a entrevistá-lo sobre o tema em pauta. O entrevistador deve também situar seu lugar de fala e interesse sobre o assunto.
2. Para sondagem de interesse sobre temas e entrevistados prospectivos, o entrevistador pode entrar em contato com o Conselho Editorial.
3. As entrevistas devem ter de duas a três mil palavras, ou de 10 a, no máximo, 30 minutos de duração.
4. Caso sejam enviadas em vídeo, deverão ser encaminhadas em DVD de dados (arquivo de alta resolução SD ou HD, formato .mov ou .avi) com a respectiva transcrição em Word, em DVD lacrado com o nome do entrevistado e do entrevistador na parte externa do disco.
5. Devem ser inseridas no encaminhamento do texto ou vídeo da entrevista de 3 (três) a 5 (cinco) palavras-chave, separadas por vírgula.

Envio do material

Os artigos, entrevistas e resenhas devem ser submetidos no [site da DESIDADES](#), no portal de revistas UFRJ. Os autores serão notificados do recebimento do material enviado.

No caso de submissão de entrevista gravada em vídeo, a transcrição deve ser enviada pelo sistema de submissão e a gravação em DVD encaminhada pelo correio para o seguinte endereço:

NIPIAC, Instituto de Psicologia - Universidade Federal do Rio de Janeiro: Av. Pasteur, 250 – Urca, Rio de Janeiro - RJ, Brasil | CEP 22.290-902.

No caso da publicação de qualquer material, seus direitos autorais são imediatamente cedidos à Desidades sem ônus para a revista. O autor poderá, no entanto, publicar esse material posteriormente, na íntegra, ou parcialmente. Os autores são inteiramente responsáveis pelo conteúdo de seus artigos publicados.

Contatos

DESIDADES

Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude

**Instituto de Psicologia/NIPIAC
Universidade Federal do Rio de Janeiro**

**Av. Pasteur 250
22290-902 Rio de Janeiro RJ Brasil
55-21. 2295-3208 55-21. 3938-5328
www.desidades.ufrj.br**

DESIDADES

***Revista Eletrônica de Divulgação Científica
da Infância e Juventude***

**Instituto de Psicologia / NIPIAC
Universidade Federal do Rio de Janeiro**

**Av. Pasteur 250
22290 902 Rio de Janeiro RJ Brasil
55 21. 2295-3208 55 21. 3938-5328
www.desidades.ufrj.br**

